

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS
AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

RELATÓRIO E PARECER

CONTA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

DO ANO DE 2018

PONTA DELGADA
JUNHO DE 2020

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

ARQUIVO

Entrada 1380 Proc. n.º 108

Data: 020. 06. 03. n.º 15. X1



Índice

TRABALHOS DA COMISSÃO	4
1.º CAPÍTULO - ENQUADRAMENTO JURÍDICO	4
2.º CAPÍTULO - APRECIÇÃO NA GENERALIDADE	4
3.º CAPÍTULO - APRECIÇÃO NA ESPECIALIDADE	5
<i>a) Receita</i>	<i>5</i>
<i>b) Despesa.....</i>	<i>11</i>
<i>c) Operações Extraorçamentais.....</i>	<i>16</i>
<i>d) Plano de Investimentos.....</i>	<i>16</i>
<i>e) Dívida Pública e outras responsabilidades</i>	<i>18</i>
<i>f) Património</i>	<i>23</i>
<i>g) Fluxos Financeiros para as entidades participadas</i>	<i>28</i>
<i>h) Fluxos Financeiros das Entidades Participadas para o ORAA</i>	<i>28</i>
<i>i) Fluxos Financeiros para o Sector da administração local</i>	<i>28</i>
<i>j) Fluxos recebidos Pelo Sector Público Administrativo Regional.....</i>	<i>29</i>
<i>k) Fluxos Financeiros da União Europeia para a RAA</i>	<i>29</i>
RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS.....	30
4.º CAPÍTULO - CONCLUSÃO E PARECER.....	32



Índice de Ilustrações

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DA RECEITA (2015 – 2018)	6
GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS IMPOSTOS (2015 – 2018).....	8
GRÁFICO 3 – TRANSFERÊNCIAS	10
GRÁFICO 4 – DESPESAS CORRENTES	12
GRÁFICO 5 – DESPESAS.....	12
GRÁFICO 6 – DESPESAS DE CAPITAL.....	13
GRÁFICO 7 – EVOLUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES.....	14
GRÁFICO 8 – PAGAMENTOS EFETUADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA 2015-2018	14

Índice de Quadros

QUADRO 1- RECEITAS.....	5
QUADRO 2 - RECEITA DO SUBSECTOR DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DIRETA (2015-2018).....	5
QUADRO 3 - COMPOSIÇÃO DA RECEITA PRÓPRIA	6
QUADRO 4 - RECEITA FISCAL DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DIRETA.....	7
QUADRO 5 - OUTRAS RECEITAS	8
QUADRO 6 - TRANSFERÊNCIAS.....	9
QUADRO 7 - DESPESA DO SECTOR PÚBLICO ADMINISTRATIVO REGIONAL.....	11
QUADRO 8 - EVOLUÇÃO DA DESPESA DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DIRETA POR FUNÇÕES.....	13
QUADRO 9 - DESPESA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL INDIRETA	15
QUADRO 10 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO DE INVESTIMENTOS - 2018	16
QUADRO 11 - DÍVIDA FINANCEIRA	19
QUADRO 12 - DÍVIDA NÃO FINANCEIRA	20
QUADRO 13 – AVALES.....	21
QUADRO 14 – VARIAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES COM CARTAS CONFORTO	21
QUADRO 15 - PATRIMÓNIO NÃO FINANCEIRO DA RAA.....	23
QUADRO 16 – POSIÇÃO DA CARTEIRA DE PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS.....	24
QUADRO 17 - ENTIDADES CONTROLADAS PELA RAA.....	25
QUADRO 18 - PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS DA RAA – RESUMO	26



TRABALHOS DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Economia analisou e emitir parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2018, tendo em consideração o respetivo parecer emitido pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas e das restantes Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

1.º CAPÍTULO - ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Compete à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos do n.º 1 do artigo n.º 232.º e da alínea p) do n.º 1 do artigo n.º 227.º da Constituição da República Portuguesa, bem como da alínea b) do n.º 1 do artigo 42.º do Estatuto Político – Administrativo da Região Autónoma dos Açores, aprovar as Contas da Região Autónoma dos Açores.

2.º CAPÍTULO - APRECIÇÃO NA GENERALIDADE

Encontra-se em apreciação a Proposta de Resolução n.º 15/2019, apresentada à Assembleia Legislativa pelo Governo Regional relativa à Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2018.

A referida Conta teve por base a execução do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2018, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 1/2018/A, de 3 de janeiro e posto em execução pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2018/A, de 5 de fevereiro.

A Conta da Região Autónoma dos Açores de 2018 foi aprovada em Conselho de Governo por Resolução de 27 de junho de 2019, deu entrada na Assembleia no dia 01 de julho de 2019, tendo sido remetido à Comissão de Economia no 19 de dezembro de 2019.

O parecer do Tribunal de Contas foi enviado a esta Comissão em 19 de dezembro de 2019.

Após parecer do Tribunal de Contas, foram remetidos os pareceres das restantes Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, para a Comissão Permanente de Economia, ficando assim reunidos os elementos necessários à elaboração do presente relatório e parecer.



3.º CAPÍTULO - APRECIÇÃO NA ESPECIALIDADE

APRECIÇÃO NA ESPECIALIDADE:

A) RECEITA

A Receita Consolidada, do Sector Público Administrativo Regional (excluindo Operações Extraorçamentais), em 2018, atingiu o valor de 1.565,6 milhões de euros. Essa receita é constituída, essencialmente, por receitas fiscais, transferências e passivos financeiros.

Quadro 1- Receitas

Capítulos	Administração Regional Direta	Administração Regional Indireta			Sector Público Administrativo Regional
		Serviços e Fundos Autónomos (SFA)	Entidades Públicas Reclassificadas (EPR)	Total	
		Euro			
Impostos diretos	204 365 590	-	-	-	204 365 590
Impostos indiretos	471 007 441	-	-	-	471 007 441
Contribuições SS, CGA e ADSE	357 144	-	235	235	357 379
Taxas, multas e outras penalidades	9 457 852	14 021 357	927 252	14 948 608	24 406 460
Rendimentos da propriedade	9 139 764	9 611	826 487	836 098	9 975 862
Transferências correntes	207 650 351	133 310 110	215 946 718	349 256 828	246 701 182
Venda de bens e serviços correntes	1 263 053	8 728 897	24 865 395	33 594 292	34 857 345
Outras receitas correntes	1 046 396	2 431 361	3 155 823	5 587 184	6 633 581
Receitas Correntes a)	904 287 590	158 501 336	245 721 910	404 223 245	998 304 839
Venda de bens de investimento	1 537 332	-	96 643	96 643	1 633 975
Transferências de capital	143 037 169	62 430 826	46 299 953	108 730 779	162 895 993
Ativos financeiros	1 536 472	204 807	44	204 852	1 741 323
Passivos financeiros	141 000 000	1 300 000	253 347 732	254 647 732	395 647 732
Outras receitas de capital	8 709	2 561	1 633 276	1 635 837	1 644 546
Receitas de Capital b)	287 119 682	63 938 195	301 377 648	365 315 843	563 563 570
Reposições não abatidas nos pagamentos	2 603 392	727 367	2 581	729 948	3 333 341
Saldo da gerência anterior	359 984	-	-	-	359 984
Outras Receitas c)	2 963 376	727 367	2 581	729 948	3 693 324
Receita Total a+b+c	1 194 370 648	223 166 897	547 102 139	770 269 036	1 565 561 733

As receitas foram repartidas pela Administração Regional Direta, cujo montante atingiu os 1.194,4 milhões de euros, e pela Administração Regional Indireta, no valor de 770,3 milhões de euros.

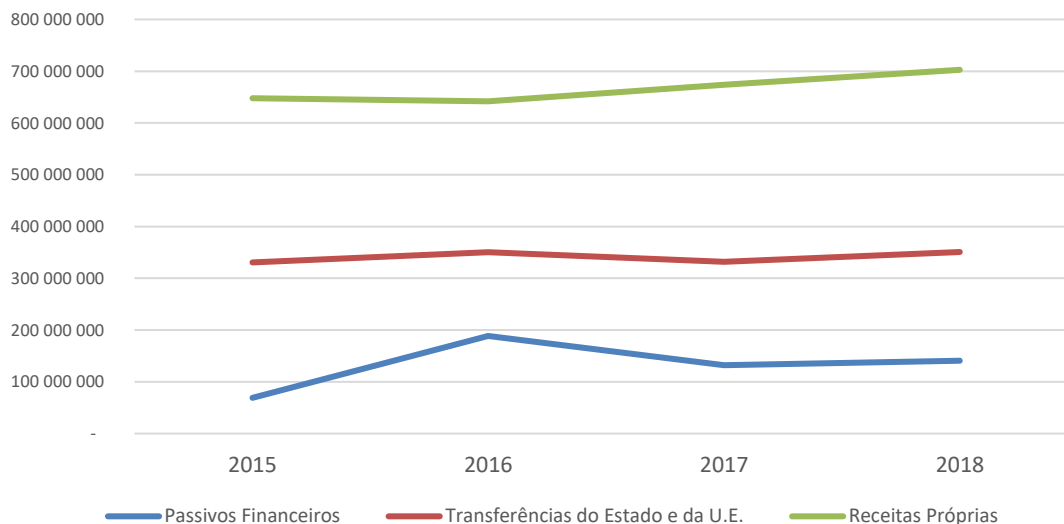
Quadro 2 - Receita do subsector da Administração Regional direta (2015-2018)

	Euro			
	2015	2016	2017	2018
Passivos Financeiros	69 000 000	188 500 000	132 000 000	141 000 000
Transferências do Estado e da U.E.	330 581 596	350 449 997	331 935 843	350 687 520
Receitas Próprias	647 606 007	641 803 342	673 750 449	702 683 128



É de assinalar, em 2018, o aumento de 28,9 milhões de euros (+4%) das Receitas Próprias, bem como das Transferências do Estado e da U.E. em mais 18,7 milhões (+6%) e dos Passivos Financeiros em mais 9 milhões (+7%).

Gráfico 1 – Evolução da Receita (2015 – 2018)



Por sua vez, as Receitas Fiscais, no valor de 675,4 milhões de euros, representam cerca de 96,11% do total das Receitas Próprias, enquanto as Outras Receitas representam apenas 3,25%.

Quadro 3 - Composição da Receita Própria

Receita Própria	Euros	%
	Receita contabilizada	%
Receita Fiscal	675 373 030	96,11
Outras Receitas	22 810 250	3,25
Ativos Financeiros	1 536 472	0,22
Reposições não abatidas nos pagamentos	2 603 392	0,37
Saldo da gerência anterior	359 984	0,05
Total	702 683 128	100,00



Quadro 4 - Receita Fiscal da Administração Regional Direta

Receita Fiscal	Euro	%
	Valor	%
IRS	165 307 290	24,48
IRC	39 058 280	5,78
Imposto sobre sucessões e doações	-	-
Imposto de uso, porte e detenção de armas	-	-
Impostos diretos diversos	20	0,00
Total Impostos Diretos	204 365 590	30,26
ISP	63 118 225	9,35
IVA	325 056 075	48,13
Imposto sobre veículos	7 743 068	1,15
Imposto sobre o tabaco	41 700 493	6,17
Imposto sobre o álcool e bebidas alcoólicas	6 550 924	0,97
Imposto selo	21 140 949	3,13
Outros	5 697 707	0,84
Total Impostos Indiretos	471 007 441	69,74
Total Receita Fiscal	675 373 030	100,00

Os Impostos Diretos, no valor de 204,4 milhões de euros (30,26% do total), são constituídos, sobretudo, pelo IRS e IRC, que representam, respetivamente, 24,48% e 5,78% da Receita Fiscal.

Os Impostos Indiretos, num total de 471,0 milhões de euros (69,74% da Receita Fiscal), são constituídos, essencialmente pelo IVA (325,1 milhões de euros), o ISP (63,1 milhões de euros) e o Imposto sobre o Tabaco (41,7 milhões de euros).

Quadro 5 - Evolução dos Principais Impostos (2015-2018)

IMPOSTOS	Euro			
	2015	2016	2017	2018
IVA	276 585 589	292 460 343	286 089 233	325 056 075
IRS	181 742 958	160 869 900	160 583 496	165 307 290
ISP	49 416 292	55 079 177	63 810 441	63 118 225
IRC	43 153 779	30 545 201	46 373 559	39 058 280
ITabaco	35 857 721	38 038 910	45 435 025	41 700 493
Iselo	19 090 540	18 954 582	18 345 926	21 140 949
Restantes	14 202 165	16 241 380	18 767 040	19 991 718
Total	620 049 043	612 189 493	639 404 720	675 373 030

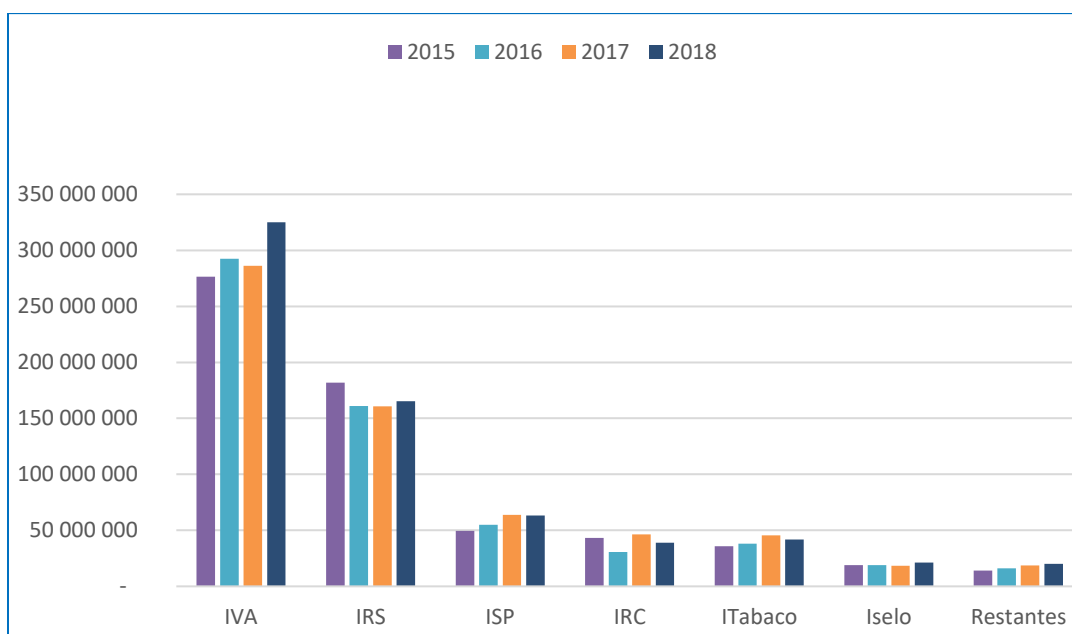
Em comparação com o ano anterior, merece nota de destaque o aumento das receitas com o IVA na ordem dos 38,9 milhões (+13,6%); seguido do aumento das receitas com o IRS em 4,7 milhões (+2,9%) e do aumento de 2,8 milhões (+15,2%) das receitas com o Imposto de Selo.



Pelo contrário, registaram-se reduções nas receitas com o IRC, menos 7,3 milhões (-15,8%) nas receitas com o Imposto sobre o Tabaco, menos 3,7 milhões (-8,2%) e nas receitas com o ISP, menos 0,7 milhões (-1,1%).

Numa análise a médio longo prazo, de 2015 a 2018, as receitas com o IVA aumentaram 48,5 milhões de euros, cerca de 17,5%, representando 48% do total das receitas fiscais, em 2018. Em sentido contrário, as receitas com o IRS, no mesmo período, diminuíram 16,4 milhões de euros, menos 9%, representando 24% do total das receitas fiscais, em 2018.

Gráfico 2 – Evolução dos Principais Impostos (2015 – 2018)



Nas Outras Receitas, no valor de 22,8 milhões de euros, destacam-se as taxas, multas e outras penalidades, com 41,5% do total e os rendimentos da propriedade, com 40,0% do total.

Quadro 5 - Outras Receitas

Outras Receitas	Valor (€)	%
Contribuições SS, CGA e ADSE	357 144	1,57
Taxas, multas e outras penalidades	9 457 852	41,46
Rendimentos da propriedade	9 139 764	40,07
Vendas de bens e serviços correntes	1 263 053	5,54
Outras receitas correntes	1 046 396	4,59
Venda de bens de investimento	1 537 332	6,74
Outras receitas de capital	8 709	0,04
Total	22 810 250	100,00

➤ **Transferências**

As Transferências, num total de 333,6 milhões de euros, provieram, sobretudo, do Orçamento do Estado (79%) e da União Europeia (21%).

Quadro 6 - Transferências

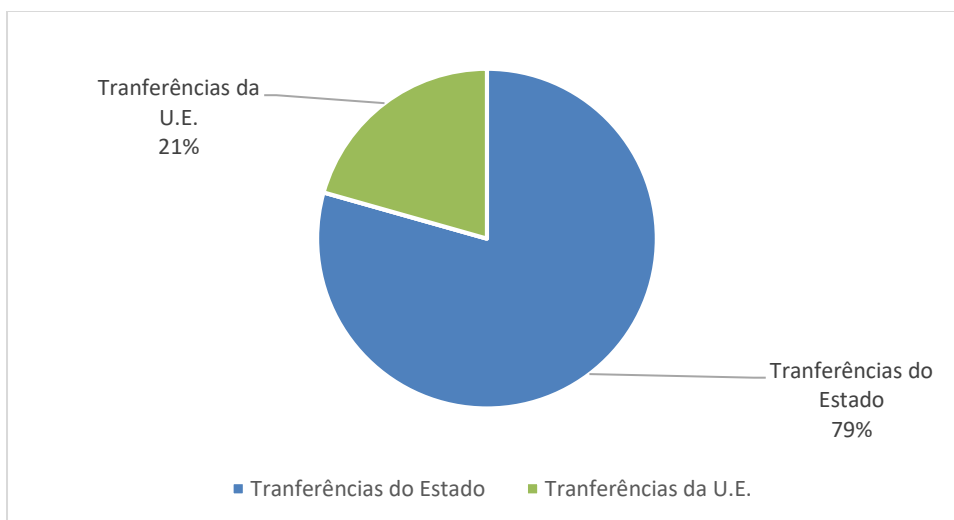
Transferências		Valor (€)
Estado	SSM/OSP	5 610 921
	Princípio da Solidariedade - art. 48.º	185 182 464
	Fundo de Coesão - art. 49.º	74 072 986
	Sub-total	264 866 371
União Europeia	FEDER	63 503 251
	FSE	532 006
	FCOESAO	-
	FEADER - PRORURAL	2 616 019
	FEAMP - PO MAR 2020	1 563 806
	Outros Fundos	564 983
	Sub-total	68 780 064
Total	333 646 435	

As Transferências do Orçamento do Estado atingiram o montante de 264,9 milhões de euros, das quais, as transferências ao abrigo do Princípio da Solidariedade, com 185,2 milhões de euros, as do Fundo de Coesão, com 74,1 milhões de euros e as transferências relativas às obrigações de serviço público, no valor de 5,6 milhões de euros.

Nas Transferências da União Europeia, no montante total de 68,8 milhões de euros, assume maior peso a verba proveniente do FEDER, com 63,5 milhões de euros, bem como a verba do FEADER, no valor de 2,6 milhões de euros.



Gráfico 3 – Transferências



➤ **Passivos Financeiros**

Os Passivos Financeiros, no ano de 2018 registados na Conta da Região Autónoma dos Açores foram de 141,0 milhões de euros, para refinanciamento da dívida e para o financiamento de projetos participados com participação de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI).



B) DESPESA

A despesa global consolidada do sector público administrativo regional, em 2018, atingiu o valor de 1.551 milhões de euros, dos quais, 1.023,7 milhões de euros, dizem respeito a despesas correntes, 527,3 milhões de euros e a despesas de capital.

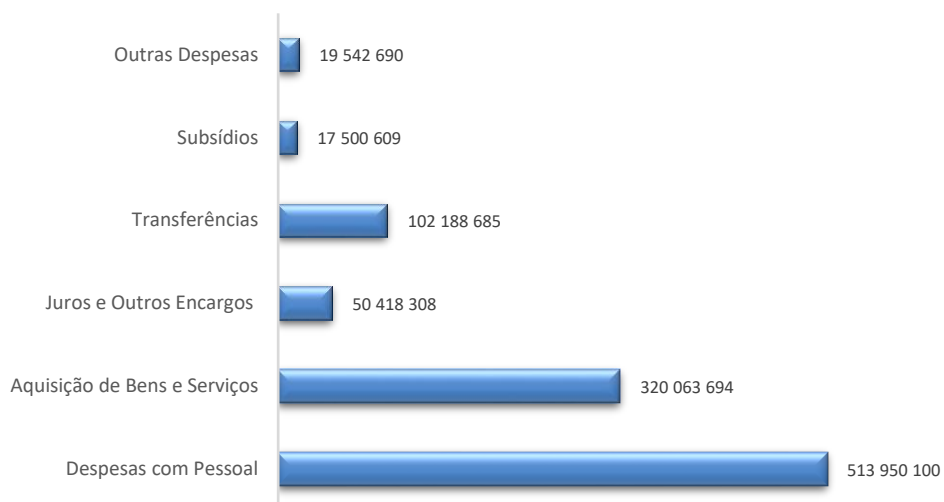
Quadro 7 - Despesa do Sector Público Administrativo Regional

Euros				
Designação	Administração Regional Direta ARD	Serviços e Fundos Autónomos SFA	Entidades Públicas Reclassificadas EPR	Sector Público Administrativo Regional (Consolidado)
Despesas Correntes				
Despesas com Pessoal	320 297 608	66 863 753	126 788 739	513 950 100
Aquisição de Bens e Serviços	94 233 507	70 527 721	155 302 466	320 063 694
Juros e Outros Encargos	15 391 329	1 772 455	33 254 524	50 418 308
Transferências [a)]	363 038 120	49 050 303	306 259	102 188 685
Subsídios	1 030 229	16 211 599	258 781	17 500 609
Outras Despesas	12 969 988	311 568	6 261 134	19 542 690
Total Despesas Correntes	806 960 781	204 737 400	322 171 904	1 023 664 087
Despesas de Capital				
Aquisição de Bens	57 388 062	9 441 429	9 853 807	76 683 297
Transferências [a)]	235 688 409	763 640	820 718	148 400 812
Ativos Financeiros	12 724 034	20 000	84 648 276	97 392 311
Passivos Financeiros	81 258 000	1 300 000	118 059 197	200 617 197
Outras Despesas	103 900	-	4 129 186	4 233 086
Total Despesas de Capital	387 162 405	11 525 069	217 511 183	527 326 702
Total da Despesa	1 194 123 186	216 262 468	539 683 087	1 550 990 790
Despesa Efetiva (1)	1 100 141 151	214 942 468	336 975 614	1 252 981 282
Despesa Primária (2)	1 084 749 822	213 170 013	303 721 090	1 202 562 974
Despesa Corrente Primária (3)	791 569 452	202 964 945	288 917 379	973 245 779
a) valor não corresponde ao somatório, porque são deduzidas as transferências intra-internas.☐				
(1) - Total da Despesa menos os Ativos Financeiros e os Passivos Financeiros				
(2) - Despesa Efetiva menos os Juros e Outros Encargos				
(3) - Despesa corrente menos os Juros e Outros Encargos				

Nas despesas correntes, destacam-se os 513,9 milhões de euros de despesas com pessoal, que representaram 50,2% do total destas e os 320,1 milhões de euros afetos à aquisição de bens e serviços, que equivaleram a 31,3% deste agregado.

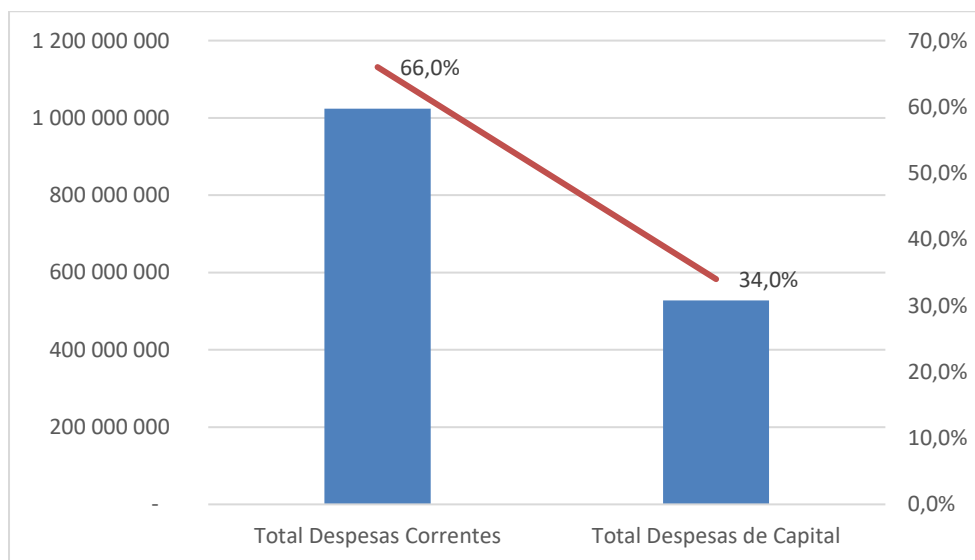


Gráfico 4 – Despesas Correntes



As Despesas de Capital, no valor de 527,3 milhões de euros, representaram 34,0% da Despesa Total, enquanto as Despesas Correntes, com 1023,7 milhões de euros, atingiram 66,0%.

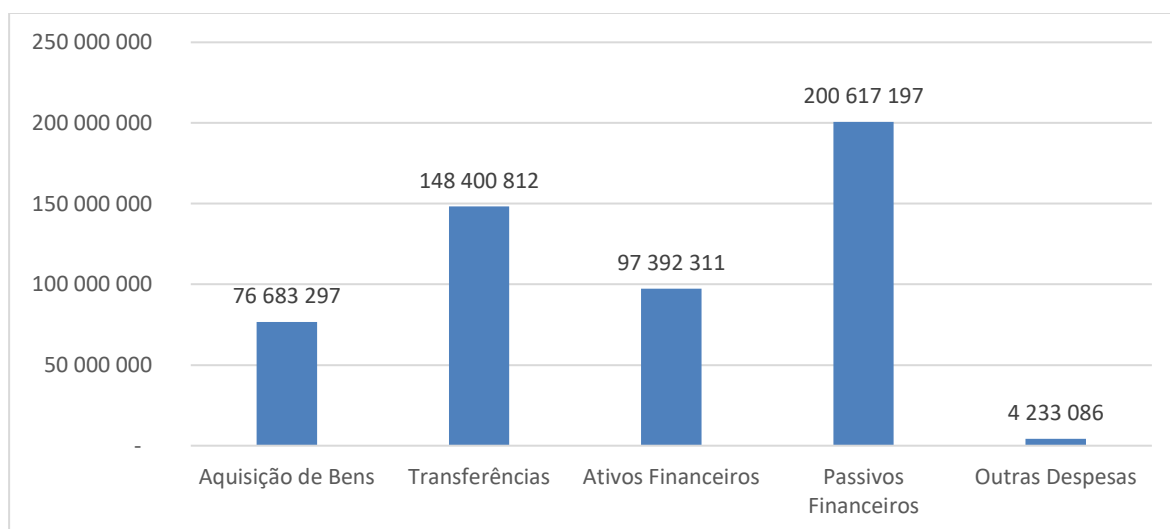
Gráfico 5 – Despesas



No que concerne às despesas de capital, destacam-se os passivos financeiros, com 200,6 milhões (38%) de euros, as transferências, com 148,4 milhões de euros (28,1%) e os ativos financeiros, com 97,4 milhões de euros (18,5%).



Gráfico 6 – Despesas de Capital



A Despesa Efetiva (total das despesas menos os ativos e passivos financeiros) atingiu o valor de 1.253 milhões de euros, enquanto a Despesa Primária (despesa corrente menos os juros e outros encargos) foi de 1.202,6 milhões de euros.

➤ Despesa por Funções

A despesa total da Administração Regional Direta atingiu os 1.462,5 milhões de euros, incluindo os passivos financeiros e operações extraorçamentais.

Quadro 8 - Evolução da Despesa da Administração Regional Direta por Funções

	Euros			
	2015	2016	2017	2018
Funções Gerais de Soberania	281 784 923	274 317 933	281 412 941	234 548 924
Funções Sociais	667 611 913	657 315 534	678 291 003	741 045 170
Funções Económicas	246 580 856	248 083 638	260 567 493	328 160 386
Outras Funções	78 160 029	207 094 587	146 072 031	158 738 644
Total	1 274 137 721	1 386 811 693	1 366 343 468	1 462 493 124

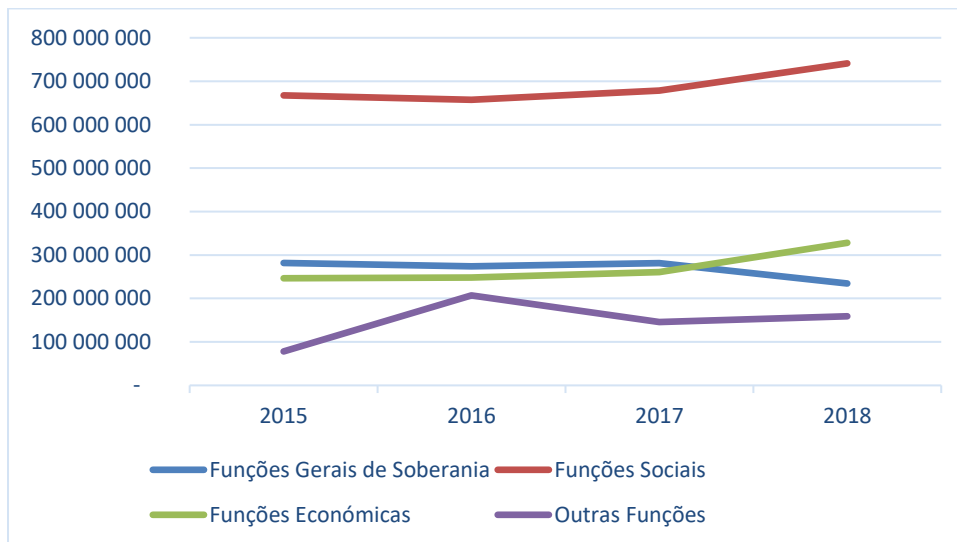
As funções sociais, com 50,7% do total da despesa, representam a maior proporção dos gastos da Administração Pública Regional, onde se incluem a Saúde (322,8 milhões) e a Educação (305,1 milhões). A Saúde e Educação representaram 84,7% da totalidade das verbas afetas às funções sociais, em 2018.

Seguem-se, em termos de representatividade, as funções económicas, onde se incluem a agricultura, as pescas, os transportes e comunicações, com 328,2 milhões de euros (22,4%); as



funções gerais de soberania, com 234,5 milhões de euros (16,0%); e as outras funções com 158,7 milhões de euros (10,9%).

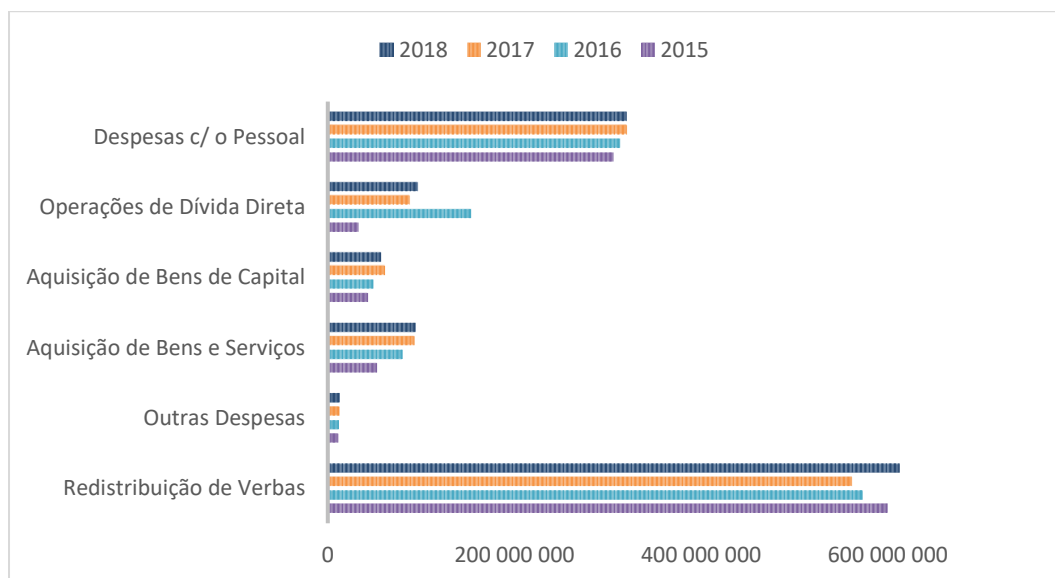
Gráfico 7 – Evolução da Despesa por Funções



➤ **Pagamentos efetuados pela Administração Pública Direta**

A rubrica Redistribuição de Verbas absorve 51,3% dos pagamentos efetuados, logo seguida da rubrica Despesas com o Pessoal, com 26,8% e das Operações de Dívida Direta, com 8,1% do total dos pagamentos.

Gráfico 8 – Pagamentos Efetuados pela Administração Pública Direta 2015-2018





Ao nível de execução orçamental, destacam-se:

- ❖ Despesas de Funcionamento, no valor de 687,9 milhões de euros, com uma taxa de execução de 97,2%;
- ❖ Despesas do Plano, no valor de 425,1 milhões de euros, com uma taxa de execução de 83,5%.
- ❖ Despesa Total, no valor 1.381,2 milhões de euros, com uma taxa de execução de 96,7%, incluindo as operações extraorçamentais (sem as operações extraorçamentais a taxa é de 91,5%).

➤ **Despesa da Administração Pública Indireta**

No que se refere à Despesa da Administração Regional Indireta, esta atingiu os 755,9 milhões de euros em 2018, dos quais 216,3 milhões de euros dos SFA-Serviços e Fundos Autónomos (28,6%) e 539,7 milhões de euros relativos às EPR-Entidades Públicas Reclassificadas (71,4%).

Quadro 9 - Despesa Administração Regional Indireta

Despesa	Euro		
	Serviços e Fundos Autónomos	Entidades Públicas Reclassificadas	Total
Despesas Correntes	204 737 400	322 171 904	526 909 304
Despesas de Capital	11 525 069	217 511 183	229 036 252
Total	216 262 469	539 683 087	755 945 556

Face ao total das despesas, cerca de 526,9 milhões de euros resultam das Despesas Correntes (69,7%), enquanto os restantes 229,0 milhões de euros tiveram origem nas Despesas de Capital (30,3%).

Nos Serviços e Fundos Autónomos, cerca de 94,7% resultaram das despesas correntes e 5,3% de despesas de capital. Nas Entidades Públicas Reclassificadas, 59,7% das despesas eram referentes a despesas correntes, enquanto 40,3% resultaram de despesas de capital.

**C) OPERAÇÕES EXTRAORÇAMENTAIS**

As operações extraorçamentais registaram uma execução de 268,3 milhões de euros, dos quais 234,0 milhões de euros referentes a Outras Operações de Tesouraria (consignação de receita) e 34,3 milhões de euros a Operações de Tesouraria (retenções).

D) PLANO DE INVESTIMENTOS

O valor global do Investimento Público previsto, para 2018, ascendeu a 509,3 milhões de euros, tendo sido executados 425,1 milhões de euros, a que corresponde uma taxa de execução de 83,5%.

Quadro 10 - Execução Financeira do Plano de Investimentos - 2018

Nº	Objetivo / Programa	% e Euro				
		Dotação Revista		Executado		Tx Exec
		Euro	%	Euro	%	%
	Fomentar o Crescimento Económico e o Emprego, Sustentados no Conhecimento, na Inovação e no Empreendedorismo	177 678 686	34,9	147 376 431	34,7	82,9
1	Empresas, Emprego e Eficiência Administrativa	82 276 545	16,2	65 450 587	15,4	79,5
2	Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	59 086 325	11,6	52 130 379	12,3	88,2
3	Pescas e Aquicultura	14 204 929	2,8	10 949 127	2,6	77,1
4	Desenvolvimento do Turismo	14 043 614	2,8	12 895 607	3,0	91,8
5	Investigação, Desenvolvimento e Inovação	8 067 273	1,6	5 950 731	1,4	73,8
	Reforçar a Qualificação, a Qualidade de Vida e a Igualdade de Oportunidades	151 607 131	29,8	121 450 236	28,6	80,1
6	Educação, Cultura e Desporto	66 062 091	13,0	57 259 918	13,5	86,7
7	Juventude	2 008 500	0,4	1 974 116	0,5	98,3
8	Desenvolvimento do Sistema de Saúde	27 424 769	5,4	20 824 802	4,9	75,9
9	Solidariedade Social	34 856 064	6,8	25 206 372	5,9	72,3
10	Habituação	21 255 707	4,2	16 185 027	3,8	76,1
	Melhorar a Sustentabilidade, a Utilização dos Recursos e as Redes do Território	178 187 890	35,0	154 943 994	36,4	87,0
11	Ambiente e Energia	22 145 560	4,3	19 110 069	4,5	86,3
12	Prevenção de Riscos e Proteção Civil	7 008 955	1,4	5 947 932	1,4	84,9
13	Assuntos do Mar	15 618 447	3,1	9 815 783	2,3	62,8
14	Transportes, Obras Públicas e Infraestruturas Tecnológicas	133 414 928	26,2	120 070 210	28,2	90,0
	Modernizar a Comunicação Institucional, Reforçar a Posição dos Açores no Exterior e Aproximar as Comunidades	1 826 725	0,4	1 329 965	0,3	72,8
15	Informação e Comunicação	1 016 350	0,2	624 287	0,1	61,4
16	Relações Externas e Comunidades	810 375	0,2	705 678	0,2	87,1
	TOTAL	509 300 432	100,0	425 100 626	100,0	83,5



Na análise do Plano de 2018, destaca-se o objetivo estratégico “**Melhorar a Sustentabilidade, a Utilização dos Recursos e as Redes do Território**”, com 154,9 milhões de euros, teve a maior execução, com uma taxa de 87,0%

Ao nível de programas, o programa 7 “**Juventude**” teve a maior taxa de execução, com 98,3%. No sentido inverso, o programa 15, designado por “**Informação e Comunicação**” apresentou a menor taxa de execução com 61,4%.

O programa 14 “**Transportes, Obras Públicas e Infraestruturas Tecnológicas**” registou o maior valor absoluto de execução, com 120,1 milhões de euros, com uma taxa de 90,0%.



E) DÍVIDA PÚBLICA E OUTRAS RESPONSABILIDADES

“Nos termos do disposto do artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 1/2018/A de 3 de janeiro – Diploma que aprovou o Orçamento da Região Autónoma dos Açores, ficou o Governo Regional autorizado a contrair empréstimos, incluindo créditos bancários, até ao montante de 141.258.000€, dos quais 81.258.000 € respeitam a operações de refinanciamento e os restantes 60.000.000 € destinam-se ao financiamento de projetos com comparticipação de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI).”

Acresce que “a autorização de recurso ao crédito concedida pela Assembleia Legislativa ao Governo Regional (art. 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 1/2018/A) permite o aumento do endividamento líquido em 60 milhões de euros”.

O valor global da dívida direta da Região totaliza os 1.726,0 milhões de euros. Este montante diverge do valor apurado pelo INE- Instituto Nacional de Estatística, e publicado na primeira notificação de 2019 do procedimento dos défices excessivos de 26 de março (1.859,0 milhões de euros), no montante de 133,0 milhões de euros. Esta diferença resulta dos financiamentos de curto prazo contratados em 2018 e liquidados em janeiro de 2019, período complementar (68,0 milhões) e de uma operação de financiamento da SATA AIR Açores, com aval da Região (65,0 milhões).

A dívida global da Administração Regional Direta, Serviços e Fundos Autónomos e Entidades Públicas Reclassificadas, apurada pelo Tribunal de Contas, no final de 2018, ascendia a 1.912,1 milhões de euros, da qual 1.736,0 milhões de euros referente a dívida financeira e 176,1 milhões de dívida não financeira.

Este aumento da dívida direta da Região conjuntamente com a dívida das empresas públicas reclassificadas (perímetro orçamental) atingiu os 109,1 M€, ou seja, superior aos 60 M€ aprovados no Orçamento da Região para o endividamento do perímetro orçamental.

No final de 2018, a dívida financeira da SPRHI, no valor de 174,9 milhões de euros, passou a constituir dívida direta da Região, devido à extinção da empresa. Assim, o stock da dívida pública direta da Região atingiu os 867,3 milhões de euros, no final de 2018.

Relativamente às EPR-Empresas Públicas Reclassificadas, o valor da dívida, no final de 2018, atingiu os 857,1 milhões de euros.



Quadro 11 - Dívida Financeira

milhares Euro

Entidades	Total		Variação 2018-2017	
	2017	2018	Absoluta	Relativa %
Administração Regional Direta e SFA (1)	632 608	867 270	234 662	37,1
IROA	4 803	4 166	- 637	-13,3
Saudaçor	646 842	728 265	81 423	12,6
Hospital DES PDL	82 777	70 940	- 11 837	-14,3
Hospital SE Terceira	39 025	28 573	- 10 452	-26,8
Hospital Horta	11 578	8 156	- 3 422	-29,6
EPR - Entidades Públicas Reclassificadas (2)	171 577	-	- 171 577	-100,0
Ilhas de Valor	7 055	6 600	- 455	-6,4
SDEA	100	501	401	401,0
Atlânticoline	5 359	3 208	- 2 151	-40,1
ATA	8 408	-	- 8 408	-100,0
Teatro Micaelense	699	567	- 132	-18,9
Azorina	6 080	6 080	-	0,0
Sub-total (2)	984 303	857 056	- 127 246	-12,9
Total Dívida Financeira (1) + (2)	1 616 911	1 724 326	107 416	6,6

Os serviços e fundos autónomos não recorreram a qualquer financiamento de médio e longo prazo, durante o ano de 2018.

A Saudaçor é a Entidade Pública Reclassificada com o maior volume de dívida, 728,3 milhões de euros, mais 12,6%, do que em 2017. No conjunto, a dívida financeira do setor da saúde (incluindo os três hospitais), atingiu os 835,9 milhões de euros, representando assim 97,5% do total das EPR.

Face ao ano anterior, a dívida financeira aumentou cerca de 107,4 milhões de euros (+6,6%), devido ao incremento registado na Administração Regional Direta e SFA.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Quadro 12 - Dívida não Financeira

milhares Euro

Entidades	Total		Variação	
	2017	2018	Absoluta	Relativa %
Serviços Integrados	18 078	5 972	- 12 106	-67,0
Serviços e Fundo Autónomos (menos SRSaúde)	84	544	460	547,6
SRSaúde	206	13 726	13 520	6563,1
Sub-total (Administração Regional Direta e SFA)	18 368	20 242	1 874	10,2
Associação Açoriana Formação Turística e Hoteleira	415	444	29	7,0
Associação Nonagon	37	192	155	418,9
IROA	719	116	- 603	-83,9
Saudaçor	1 831	1 742	- 89	-4,9
Hospital DES PDL	78 874	80 054	1 180	1,5
Hospital SE Terceira	41 865	36 847	- 5 018	-12,0
Hospital Horta	11 213	13 802	2 589	23,1
Ilhas de Valor	17 522	16 227	- 1 295	-7,4
SDEA	165	265	100	60,6
Atlantiline	1 550	909	- 641	-41,4
ATA	7 392	4 688	- 2 704	-36,6
Teatro Micaelense	59	95	36	61,0
Pousada da Juventude Caldeira Santo Cristo	24	15	- 9	-37,5
Azorina	650	371	- 279	-42,9
Escola de Novas Tecnologias	30	74	44	146,7
Observatório do Turismo dos Açores	14	15	1	7,1
Sub-total (Entidades Públicas Reclassificadas)	162 360	155 856	- 6 504	-4,0
Total	180 728	176 098	- 4 630	-2,6

No final de 2018, a dívida não financeira ascendia a 176,1 milhões de euros, uma redução de 2,6%, face ao ano anterior, sobretudo, devido à diminuição registada nas EPR.

➤ Avals

No final de 2018, a responsabilidades da Região com avals atingiu os 958,1 milhões de euros.

As EPR - Entidades públicas reclassificadas representavam cerca de 79,1% do total, com destaque para a Saudaçor (com 73,2%).



Quadro 13 – Avals

milhares Euro		
Mutuário	31/12/2017	31/12/2018
EPR - Entidades públicas reclassificadas:		
IROA	4 561	3 821
Saudaçor	618 437	701 600
Ilhas de Valor	6 600	6 600
Hospital da Horta	3 932	3 439
Hospital de Santo Espírito - Terceira	6 063	5 303
Hospital Divino Espírito Santo - PDL	37 909	33 536
SPRHI	157 008	-
Azorina	3 420	3 953
Subtotal (1)	837 930	758 252
Entidades públicas não reclassificadas:		
EDA	47 500	40 500
Lotaçor	24 677	24 482
Portos dos Açores	40 080	49 851
Sinaga	19 887	19 986
SATA	-	65 000
Subtotal (2)	132 144	199 819
Total (3) = (1) + (2)	970 074	958 071

Foram concedidos durante o ano de 2018, catorze avals no montante global de 239,7 milhões de euros. As amortizações efetuadas e que deixaram de constituir responsabilidades da Região, durante o ano de 2018, totalizaram 73,3 milhões de euros.

➤ **Cartas de conforto**

Em 2018, a Região concedeu treze cartas de conforto, no valor de 33,6 milhões de euros, menos 0,8 milhões de euros face ao ano anterior.

Em termos globais, a responsabilidade da Região com Cartas Conforto, no final de 2018, era de 163,7 milhões de euros, menos 31,9 milhões de euros (-16%), face a 2017.

Quadro 14 – Variação das Responsabilidades com Cartas Conforto

Euros			
2018	2017	Variação	
163 676 947	195 611 572	- 31 934 625	-16%



As entidades que representam maior responsabilidade com Cartas de Conforto são: a Sata Air Açores, S.A. (55,6 M€); o HDES-PDL EPE (37,4 M€); e o HSE-Terceira EPE (23,3 M€).

➤ **Parcerias Público Privadas (PPP) das RAA**

Os valores atualizados das responsabilidades que decorrem das PPP da RAA, com referência a 31/12/2018, totalizavam 535,9 milhões de euros (valor sem IVA), sendo:

- Concessão rodoviária na SCUT de São Miguel, no valor de 401,2 milhões de euros;
- Hospital da Ilha Terceira, no valor de 134,7 milhões de euros.

**F) PATRIMÓNIO****▪ Património Não Financeiro**

No final do ano de 2018, o valor líquido do Património Não Financeiro da RAA atingiu os 630,6 milhões de euros.

A afetação daquele património, constituído pelos bens móveis, imóveis e semoventes, estava distribuída pelos diferentes serviços da Administração Regional.

Quadro 15 - Património Não Financeiro da RAA

	Euros	
Bens	Ativo Bruto	Ativo Líquido 31/12/2018
Móveis	73 675 926	13 085 863
Imóveis	722 056 796	615 880 412
Viaturas e Semoventes	11 947 178	1 654 556
Totais	807 679 901	630 620 832

▪ Ativos Financeiros

Os ativos financeiros da Região Autónoma dos Açores são constituídos por participações financeiras e por créditos resultantes de empréstimos concedidos.

No final de 2018, a carteira de participações financeiras estava avaliada em 329,0 milhões de euros, verificando-se um acréscimo de 21 milhões de euros, face ao ano anterior. Além disso, os empréstimos concedidos pela Administração Regional direta e pelos serviços e fundos autónomos ascendiam a 15,4 milhões de euros. No total, os ativos financeiros atingem os 344,4 milhões de euros.

Este acréscimo resultou, sobretudo, do aumento do capital social da empresa Sata Air Açores, no valor de 27 milhões de euros.



Quadro 16 – Posição da carteira de participações financeiras

Designação	Participações financeiras em:				Empréstimos Concedidos - Créditos	Euro Total
	EPR	Sociedades não financeiras Públicas	Instituições s/ fins lucrativos Públicos	Subtotal		
Administração Regional Direta	165 162 031	158 905 505	521 762	324 589 298	15 109 344	339 698 642
Administração Regional Indireta	S.F. Autónomas (SFA)	4 450 000	-	-	260 482	4 710 482
	E.P.Reclassificadas (EPR)	-	-	-	-	-
Total	169 612 031	158 905 505	521 762	329 039 298	15 369 826	344 409 124

▪ **Entidades controladas pela Região Autónoma dos Açores**

A Região Autónoma dos Açores detém participações financeiras, diretas e indiretas, em diversas sociedades comerciais, em entidades públicas empresariais e em diversas instituições sem fins lucrativos públicas.

No quadro seguinte, apresenta-se as entidades do sector público empresarial regional, distribuídas por setor de atividade económica, e as instituições sem fins lucrativos públicas, com as respetivas participações diretas, indiretas e/ou cruzadas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Quadro 17 - Entidades controladas pela RAA

		percentagem
RAA - Região Autónoma dos Açores	Saúde	Saudaçor - 100% HDESPDL - 100% HSEIT - 100% HH - 100%
	Transportes Aéreos	Sata Air Açores SA - 100%
		Sata Internacional - 100% Sata Gestão Aeródromos - 100% Sata Express INC. CAN - 100% Azores Express INC. USA - 100% Verdegolf - 0,75% AAFTH - 25% Ass. RAEGE Açores - 14,29%
		Oniaçores - 0,001%
		Segma - 90%
		Eda Renováveis - 0,32%
		Oniaçores - 0,001% Segma - 10% Fund Eng José Correia - 25,91%
	Energia	EDA - 50,10%
		Globaleda - 74,9% Oniaçores - 40% NOS Açores - 6,18% INOVA - 0,77% Fund Eng José Correia - 33,68%
		Norma Açores - 62,63%
		Controlauto - 60%
	Portos e Transportes marítimos	Portos dos Açores - 100%
		Naval Canal, Lda - 100% Operpdl, Lda - 20% Operterceira, Lda - 20% Opertri, Lda - 20% Atlânticoline, SA - 83,97% (extinta) Ass. Portas do Mar - 28,57%
		Atlânticoline, SA - 16,03%
	Agricultura, Pescas e Ambiente	Azorina - 100%
		Lotaçor - 100%
		Santa Catarina - 100%
		IROA - 100%
		Sinaga - 100%
		Melo Abreu, Lda - 15%
	Serviços diversos	Ilhas de Valor - 100%
		PJCSC - 60,87%
		SDEA - 100%
Turismo	PJA, SA - 51%	
Cultura	Teatro Micaelense - 99,81%	
Instituições s/fins lucrativos	AAFTH - 50%	
	Ass. Portas do Mar - 28,57% (extinta)	
	INOVA - 65,59%	
	ENTA - 70%	
	OTA - 55,56% Nonagon - 70% Ass. GEOAÇORES - 78,95% Associação RAEGE Açores - 85,71% ATA CERCA CALL - Centro Açoriano Leite e Laticínios	



Quadro 18 - Participações financeiras da RAA – Resumo

(adaptado do Parecer do Tribunal de Contas) - em Euros e em percentagem

Sector de Atividade	2017		2018		Var.
	Nº	Valor	Nº	Valor	
Agricultura, pescas e ambiente	4	18 313 320	4	18 318 320	0,0%
Energia	1	35 070 000	1	35 070 000	0,0%
Habituação e Obras Públicas	1	22 722 315	0	-	-100,0%
Portos e Transportes Marítimos	1	40 238 700	1	40 238 700	0,0%
Saúde	4	148 109 037	4	148 109 037	0,0%
Transportes Aéreos	1	21 596 790	1	65 390 235	202,8%
Cultura	1	12 220 880	1	12 220 994	0,0%
Turismo	1	38 250	1	38 250	0,0%
Serviços Diversos	2	9 050 000	2	9 050 000	0,0%
Instituições s/fins lucrativos	9	650 762	7	603 762	-7,2%
Total	25	308 010 054	22	329 039 298	6,83%

Sector de Atividade	Detidas por Entidades Públicas Reclassificadas				Var.
	2017		2018		
	Nº	Valor	Nº	Valor	
Agricultura, pescas e ambiente	2	150 000	2	150 000	0,0%
Energia		-		-	
Habituação e Obras Públicas	1	22 722 315		-	-100,0%
Portos e Transportes Marítimos	1	7 145 400	1	7 145 400	0,0%
Saúde	4	148 109 037	4	148 109 037	0,0%
Transportes Aéreos		-		-	
Cultura	1	12 220 880	1	12 220 880	0,0%
Turismo		-		-	
Serviços Diversos	2	9 050 000	2	9 050 000	0,0%
Instituições s/fins lucrativos	1	25 000	3	82 000	228,0%
Total	12	199 422 632	13	176 757 317	-11,37%

O setor da Saúde tem o maior volume de participações, com 148,1 milhões, seguido do dos Transportes Aéreos, com 65,4 milhões e do setor Portos e Transportes Marítimos, com 40,2 milhões de euros.

De acordo com a Resolução do Conselho do Governo n.º 74/2018, de 20 junho, o Governo Regional dos Açores aprovou um plano de reestruturação do setor público empresarial regional, no âmbito do qual se encontra prevista a adoção de procedimentos de extinção, alienação, e transmissão de participações sociais.

Dando seguimento a essa estratégia, no ano de 2018 foram concretizadas as seguintes medidas:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

- A extinção da SPRHI – Sociedade de Promoção e Reabilitação de Infraestruturas, S.A., autorizada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2018/A de 20 de dezembro de 2018;
- A extinção da Sata - Sociedade de Transportes Aéreos SGPS, S.A., autorizada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2018/A de 20 de dezembro de 2018;
- A extinção por fusão com incorporação da Companhia – Sociedade Pesqueira, Lda. na Santa Catarina - Indústria Conserveira, S.A.;
- A extinção por fusão com incorporação da Espada Pescas, Unipessoal, Lda. na Lotaçor – Serviço de Lotas dos Açores, S.A.;
- A transmissão não onerosa a favor da RAA da percentagem detida pela Atlânticoline, S.A. e Sata Air Açores - Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos, S.A. na Ilhas de Valor, S.A.;
- Desvinculação da condição de associado na Associação Turismo Açores (ATA) por parte da RAA e da Sata Air Açores - Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos, S.A.;
- Desvinculação da condição de associado na ENTA - Escola de Novas Tecnologias dos Açores por parte da RAA e da Eletricidade dos Açores (EDA), S.A.;
- Desvinculação da condição de associado na AGESPI – Associação de Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira por parte da Portos dos Açores, S.A.;
- Desvinculação da condição de associado na Associação Portas do Mar por parte da AAFTH - Associação Açoriana de Formação Turística e Hoteleira;

Face à execução das medidas concretizadas, a Região Autónoma dos Açores - RAA, com referência a 31/12/2018, participa, direta ou indiretamente, em trinta e cinco empresas. Tem participação minoritária em dez, sendo que em duas destas empresas a participação detida é inferior a 10%, o que, em termos do Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008/A, de 24 de março, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 7/2011/A, de 22 de março, coloca-as para além do perímetro do Setor Público Empresarial Regional (SPER). É detentora da totalidade do capital em dezanove empresas e detém a maioria em seis.



G) FLUXOS FINANCEIROS PARA AS ENTIDADES PARTICIPADAS

Durante o ano de 2018, a Região transferiu 314,3 milhões de euros para o Setor Público Empresarial Regional (SPER). Do valor total transferido, foram contabilizados 207,2 milhões (65,9%) como despesas de funcionamento e 107,1 milhões (34,1%) como despesas de investimento.

As despesas de funcionamento foram integralmente afetadas à SAUDAÇOR, através da Secretaria Regional de Saúde, que transferiu 174,8 milhões de euros destinados aos três Hospitais, sendo:

- 94,1 milhões de euros para o HDES em Ponta Delgada;
- 56,3 milhões de euros para o HSEIT em Angra do Heroísmo;
- 24,4 milhões de euros para o Hospital da Horta.

Nas despesas do plano, evidenciam-se os 30,4 milhões de euros transferidos para a SATA, pela Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas e os 20,2 milhões de euros transferidos para a SAUDAÇOR, pela Secretaria Regional da Saúde.

Para além das transferências efetuadas pelos Serviços Integrados, foram ainda efetuadas transferências pelos fundos e serviços autónomos, num total de 3,1 milhões de euros.

H) FLUXOS FINANCEIROS DAS ENTIDADES PARTICIPADAS PARA O ORAA

No que concerne aos fluxos financeiros das entidades participadas para a Região, no valor total de 11,3 milhões de euros, contabilizaram-se os dividendos recebidos da EDA, S.A. relativos ao exercício de 2017, no valor de 9,0 milhões de euros e os encargos do Contrato de Exploração do Recurso Geotérmico da Ribeira Grande, com a EDA Renováveis, S.A. no montante de 2,3 milhões de euros.

I) FLUXOS FINANCEIROS PARA O SECTOR DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

O sector público administrativo regional transferiu 7,1 milhões de euros para entidades do sector da Administração Local situadas na RAA, mais 1,6 milhões que no ano anterior.

A Conta regista ainda, em operações extraorçamentais, fluxos para a Administração Local, com origem no Orçamento do Estado, num total de 104,7 milhões de euros.



Em conjunto, o fluxo global para a Administração Local, atingiu os 111,8 milhões de euros

Neste âmbito, as autarquias locais dos concelhos de Ponta Delgada (15%), Angra do Heroísmo (11%), e Ribeira Grande (10%) receberam 36% dos fluxos totais transferidos.

J) FLUXOS RECEBIDOS PELO SECTOR PÚBLICO ADMINISTRATIVO REGIONAL

O sector público administrativo regional recebeu 292,7 milhões de euros provenientes de entidades da Administração Central:

- Ao abrigo do princípio da solidariedade (185,2 milhões de euros);
- Do fundo de coesão para as regiões ultraperiféricas (74 milhões de euros);
- Para a política do emprego e formação profissional (9,2 milhões de euros);
- Para comparticipação dos montantes pagos aos operadores pela prestação de serviço público no transporte interilhas (5,6 milhões de euros);
- Pela participação nos resultados dos jogos sociais explorados pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (15,8 milhões de euros) destinados a comparticipar despesas previstas no Plano de Investimentos da Região Autónoma dos Açores, concretamente as referentes aos programas da Solidariedade Social, Saúde, Proteção Civil, Desporto e Educação (Apoio Social);
- Para finalidades não evidenciadas na Conta (2,8 milhões de euros).

K) FLUXOS FINANCEIROS DA UNIÃO EUROPEIA PARA A RAA

Os fundos comunitários transferidos para a Região, em 2018, ascenderam a 292,5 milhões de euros, refletindo assim um decréscimo de 7,6 milhões de euros (-2,5%) face a 2017.

As comparticipações pagas aos beneficiários finais totalizaram 291,3 milhões de euros, representando um acréscimo de 728,4 mil euros (+0,3%), face ao ano anterior, dos quais 190,7 milhões de euros (65,5% do total) foram atribuídos a entidades privadas.



RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS

O Coletivo do Tribunal de Contas procedeu à avaliação do grau de acolhimento do conjunto de recomendações formuladas anteriormente, tendo concluído que:

- Foi acolhida uma recomendação reiterada;
- Foram acolhidas parcialmente sete recomendações, todas elas reiteradas;
- Não foram acolhidas 10 recomendações, qualquer delas reiterada.
- Sem informação, encontram-se duas recomendações cujo acompanhamento, atendendo à data em que foram formuladas, só poderá ser efetuado no âmbito das Contas de 2019 e de 2020.

Assim, foram emitidas, pelo Tribunal de Contas, as seguintes recomendações relativamente à Conta da Região Autónoma dos Açores de 2018:

Recomendação dirigida à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

1.ª Tomar as providências legislativas tidas por adequadas a assegurar que a fixação do período complementar de execução orçamental do sector público administrativo regional, a considerar-se necessário, seja compatível com a regra da anualidade, não indo para além do estritamente necessário ao fecho das operações.

Recomendações dirigidas ao Governo da Região Autónoma dos Açores

2.ª Apresentar à Assembleia Legislativa, até 31 de maio de cada ano, uma proposta de quadro plurianual de programação orçamental que respeite os requisitos previstos no artigo 20.º da Lei das Finanças das Regiões Autónomas e elaborar o Orçamento com observância do quadro plurianual aprovado, desenvolvendo gradualmente a orçamentação integral por programas, mediante, designadamente:

- a) Criação dos programas orçamentais com os respetivos níveis de desagregação;



- b) Definição dos objetivos e metas de cada programa orçamental;
- c) Dotações orçamentais;
- d) Conceção de indicadores de economia, eficiência e eficácia;
- e) Mecanismos de avaliação do grau de realização dos objetivos.

3.ª Apresentar as demonstrações orçamentais e financeiras consolidadas, quer previsionais, juntamente com o Orçamento, quer integrando a Conta, de acordo com o SNC-AP.

4.ª Demonstrar na Conta, com referência ao conjunto do sector público administrativo regional, o grau de cumprimento:

- a) Dos limites legais aplicáveis à dívida;
- b) Do limite legal aplicável à realização de operações ativas.

5.ª Organizar as entidades com funções de tesouraria por forma a cumprir a obrigação de prestação de contas relativamente à totalidade dos fundos movimentados.

Juízo sobre a Conta

“O Tribunal de Contas emite, em conformidade com a sua Lei de Organização e Processo, um juízo sobre a legalidade e a correção financeira das operações examinadas.

Considerando as observações, conclusões e recomendações anteriormente formuladas, bem como as limitações de âmbito expressas no ponto 5.1. supra, o Tribunal considera que a Conta da Região Autónoma dos Açores de 2018 está afetada por erros e omissões materialmente relevantes, que formula reservas e ênfases”.



4.º CAPÍTULO - CONCLUSÃO E PARECER

A Comissão de Economia após a análise da Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2018, dos pareceres das restantes Comissões permanentes da ALRAA, do parecer da Secção Regional do Tribunal de Contas, **entendeu por maioria**, com os votos a favor do PS e a abstenção, com reserva de posição para Plenário, do PSD, CDS e BE, que **a Conta da Região de 2018 está em condições de ser aprovada pela ALRAA.**

Ao presente relatório são anexos os relatórios e pareceres das restantes Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores relativos à Conta de 2018.

Ponta Delgada, 3 de junho de 2020.

O Relator

Carlos Silva

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente

Bárbara Torres Chaves

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS
AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

RELATÓRIO

SETOR PÚBLICO EMPRESARIAL REGIONAL

2018

PONTA DELGADA
JUNHO DE 2020

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ALRAA
COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

ABREVIATURAS	SIGNIFICADO
ATLINE	Atlantiline, S.A.
AZORINA	Sociedade Gestão Ambiental e Conservação
EDA	Eletricidade dos Açores S.A.
HDESPDL	Hospital do Divino Espírito Santo Ponta
HH	Hospital da Horta, EPE
HSEAH	Hospital do Santo Espírito Angra do Heroísmo
IROA	Instituto Regional de Ordenamento Agrário, S.A.
IVALOR	Ilhas de Valor S.A.
NC	Naval Canal- Estaleiros de Construção e Reparação Naval
NORMA	Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvol. Reg., S.A
ORAA	Orçamento da Região Autónoma dos Açores
PA	Portos dos Açores, S.A.
PIB	Produto Interno Bruto
PIBpm	Produto Interno Bruto a preços de mercado
PJA	Pousadas de Juventude dos Açores S.A.
PJCSC	Pousada de Juventude da Caldeira do Santo Cristo
RAA	Região Autónoma dos Açores
SAUD	SAUDAÇOR, S. A.
SEGMA	Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.
SFA	Serviços e Fundos Autónomos
SPER	Setor Público Empresarial Regional
SPRA	Sociedade de Gestão e Promoção Ambiental
SPRHI	Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infraestruturas

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ALRAA
COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

SRATC	Sessão Região Açores Tribunal de Contas
SRS	Sistema Regional de Saúde
STACAT	Santa Catarina S.A.
TM	Teatro Micaelense S.A..
SDEA	Sociedade de Desenvolvimento Empresarial dos Açores

CONCEITOS	FÓRMULAS
Autonomia Financeira	Capital Próprio/Total do Ativo
EBITDA	Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos
Margem do EBITDA	EBITDA/Vendas e Prestações de Serviços
Produtividade	VABcf/N.º Médio de Trabalhadores
Solvabilidade	Capital Próprio/Total do Passivo
VABcf	Valor Acrescentado Bruto a custo dos fatores
VABpm	Valor Acrescentado Bruto a Preços de Mercado
Volume de Negócios	Vendas + Prestações de Serviços

TRABALHOS DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Economia analisou e emitiu parecer ao Relatório do Setor Público Empresarial Regional relativo ao ano de 2018.

1. CAPÍTULO – ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Compete à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos do n.º 1 do artigo n.º 232.º e da alínea p) do n.º 1 do artigo n.º 227.º da Constituição da República Portuguesa, bem como da alínea b) do n.º 1 do artigo 42.º do Estatuto Político – Administrativo da Região Autónoma dos Açores, aprovar as Contas da Região Autónoma dos Açores.

A apresentação do presente Relatório decorre do previsto no artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 25/2011/A, de 28 de outubro, que estabelece o regime de informação e apresentação de contas pelo Setor Público Empresarial Regional (SPER) à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (ALRAA).

2. CAPÍTULO - UNIVERSO DAS PARTICIPAÇÕES DA RAA

2.1. Evolução dos Direitos de Participação da RAA

Este documento foi elaborado com base nos Relatórios e Contas das empresas do Setor Público Empresarial Regional (SPER) referentes ao ano 2018, em particular na informação constante da Conta da RAA de 2018 e no Relatório e Parecer do Tribunal de Contas¹.

Para uma análise mais detalhada sobre esta matéria, deverão ser consultados os respetivos relatórios e contas, individuais e consolidados (SATA, EDA, Portos dos Açores e Lotaçor), das empresas do SPER e demais Entidades Controladas pela RAA.

O SPER da RAA é composto por participações financeiras, diretas e indiretas, em várias sociedades comerciais e entidades públicas empresariais. Além disso, a RAA participa em várias instituições sem fins lucrativos.

De acordo com a Resolução do Conselho do Governo n.º 74/2018, de 20 junho, o Governo Regional dos Açores aprovou um plano de reestruturação do setor público empresarial regional, no âmbito do qual se encontra prevista a adoção de procedimentos de extinção, alienação, e transmissão de participações sociais.

Dando seguimento a essa estratégia, no ano de 2018 foram concretizadas as seguintes medidas:

- A extinção da SPRHI – Sociedade de Promoção e Reabilitação de Infraestruturas, S.A., autorizada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2018/A de 20 de dezembro de 2018;
- A extinção da Sata - Sociedade de Transportes Aéreos SGPS, S.A., autorizada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2018/A de 20 de dezembro de 2018;
- A extinção por fusão com incorporação da Companhia – Sociedade Pesqueira, Lda. na Santa Catarina - Indústria Conserveira, S.A.;
- A extinção por fusão com incorporação da Espada Pescas, Unipessoal, Lda. na Lotaçor – Serviço de Lotas dos Açores, S.A.;

¹ Os conceitos utilizados pelo Governo Regional na elaboração das contas do SPER poderão provocar diferenças ao nível da Dívida e do EBITDA, face à metodologia adotada pelo Tribunal de Contas.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ALRAA
COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA**

- A transmissão não onerosa a favor da RAA da percentagem detida pela Atlânticoline, S.A. e Sata Air Açores - Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos, S.A. na Ilhas de Valor, S.A.;
- Desvinculação da condição de associado na Associação Turismo Açores (ATA) por parte da RAA e da Sata Air Açores - Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos, S.A.;
- Desvinculação da condição de associado na ENTA - Escola de Novas Tecnologias dos Açores por parte da RAA e da Eletricidade dos Açores (EDA), S.A.;
- Desvinculação da condição de associado na AGESPI – Associação de Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira por parte da Portos dos Açores, S.A.;
- Desvinculação da condição de associado na Associação Portas do Mar por parte da AAFTH - Associação Açoriana de Formação Turística e Hoteleira;

Face à execução das medidas concretizadas, a Região Autónoma dos Açores - RAA, com referência a 31/12/2018, participa, direta ou indiretamente, em trinta e cinco empresas.

Tem participação minoritária em dez, sendo que em duas destas empresas a participação detida é inferior a 10%, o que, em termos do Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008/A, de 24 de março, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 7/2011/A, de 22 de março, coloca-as para além do perímetro do Setor Público Empresarial Regional (SPER).

É ainda detentora da totalidade do capital em dezanove empresas e detém a maioria em seis.

No final de 2018, a carteira de participações financeiras estava avaliada em 329,0 milhões de euros, verificando-se um acréscimo de 21 milhões de euros, face ao ano anterior.

Este acréscimo resultou, sobretudo, do aumento do capital social da empresa Sata Air Açores.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ALRAA
COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

Tabela 1 – Evolução das Participações Financeiras da RAA

Sector de Atividade	2017		2018		Peso %	Var. Anual	
	Nº	Valor	Nº	Valor		(€)	(%)
Agricultura, pescas e ambiente	4	18 313 320	4	18 318 320	6%	5 000	0,0%
Energia	1	35 070 000	1	35 070 000	11%	-	0,0%
Habituação e Obras Públicas	1	22 722 315	0	-	0%	- 22 722 315	-100,0%
Portos e Transportes Marítimos	1	40 238 700	1	40 238 700	12%	-	0,0%
Saúde	4	148 109 037	4	148 109 037	45%	-	0,0%
Transportes Aéreos	1	21 596 790	1	65 390 235	20%	43 793 445	202,8%
Cultura	1	12 220 880	1	12 220 994	4%	114	0,0%
Turismo	1	38 250	1	38 250	0%	-	0,0%
Serviços Diversos	2	9 050 000	2	9 050 000	3%	-	0,0%
Instituições s/fins lucrativos	9	650 762	7	603 762	0%	- 47 000	-7,2%
Total	25	308 010 054	22	329 039 298	100%	21 029 244	6,8%

Fonte: Adaptado do Relatório e Parecer do Tribunal de Contas sobre a Conta da RAA de 2018

De referir que o setor da Saúde é que tem maior peso dentro das participações financeiras da RAA, com 148,1 milhões de euros (45%), seguido pelos Transportes Aéreos, com 65,4 milhões de euros (20%) e dos Portos e Transportes Marítimos, com 40,2 milhões de euros (12%).

Tabela 2 – Evolução das Participações Financeiras nas Entidades Públicas Reclassificadas (EPR)

Sector de Atividade	Detidas por Entidades Públicas Reclassificadas						
	2017		2018		Peso %	Var.	
	Nº	Valor	Nº	Valor		(€)	(%)
Agricultura, pescas e ambiente	2	150 000	2	150 000	0%	-	0,0%
Energia		-		-	0%	-	
Habituação e Obras Públicas	1	22 722 315		-	0%	- 22 722 315	-100,0%
Portos e Transportes Marítimos	1	7 145 400	1	7 145 400	2%	-	0,0%
Saúde	4	148 109 037	4	148 109 037	45%	-	0,0%
Transportes Aéreos		-		-	0%	-	
Cultura	1	12 220 880	1	12 220 880	4%	-	0,0%
Turismo		-		-	0%	-	
Serviços Diversos	2	9 050 000	2	9 050 000	3%	-	0,0%
Instituições s/fins lucrativos	1	25 000	3	82 000	0%	57 000	228,0%
Total	12	199 422 632	13	176 757 317	54%	- 22 665 315	-11,4%

Fonte: Adaptado do Relatório e Parecer do Tribunal de Contas sobre a Conta da RAA de 2018

A variação registada nas participações financeiras das EPR, em 2018, resulta, sobretudo, da extinção da SPRHI.

2.2. Participações Sociais da RAA

A Região Autónoma dos Açores – RAA, com referência a 31 de dezembro de 2018, participa, direta ou indiretamente, em 35 empresas.

Detém a totalidade do capital em 19 empresas, a maioria em seis empresas e tem participação minoritária em 10 empresas, sendo que em 2 destas, a participação detida é inferior a 10%, o que, em termos da redação atual do DLR nº 7/2008/A, coloca-as fora do perímetro do SPER.

As percentagens de participação estão indicadas a seguir:

Tabela 3 – Participações da RAA em Empresas - 2018

Participações da RAA	Participação Direta	Participação Indireta	Total de Participação
Identificação da Empresa	a) RAA	b) SPER	a) + b)
1. Sudaçor	100,00%	-	100,00%
2. HDES – Hosp. Divino Espírito Santo de PDL, E.P.E.	100,00%	-	100,00%
3. HSE – Hosp. Santo Espírito Angra Heroísmo, E.P.E.	100,00%	-	100,00%
4. HH – Hospital da Horta, E.P.E.	100,00%	-	100,00%
5. Sata Air Açores, S.A.	100,00%	-	100,00%
6. Sata Internacional, S.A.	-	100,00%	100,00%
7. Sata – Gestão de Aeródromos, S.A.	-	100,00%	100,00%
8. Sata Express Inc. CAN	-	100,00%	100,00%
9. Azores Express Inc. USA	-	100,00%	100,00%
10. Verdgolf, S.A.	-	0,75%	0,75%
11. Naval Canal Estaleiros de Const. E Rep. Naval, S.A.	-	100,00%	100,00%
12. Atlânticoline, S.A.	16,03%	83,97%	100,00%
13. OPERPDL – Soc. Operações Portuárias PDL, Lda.	-	20,00%	20,00%
14. OPERTERCEIRA – S. Op. P. Praia da Vitória, Lda.	-	20,00%	20,00%
15. OPERTRI – Soc. Operações Portuárias, Lda.	-	20,00%	20,00%
16. Portos dos Açores, S.A.	100,00%	-	100,00%
17. Lotaçor – Serviço de Lotas, S.A.	100,00%	-	100,00%
18. Santa Catarina – Indústria Conserveira Lda.	-	100,00%	100,00%
19. Ilhas de Valor, S.A.	100,00%	-	100,00%
20. Sinaga – Soc. Indústrias Agrícolas Açoreanas, S.A.	100,00%	-	100,00%
21. Pousada Juventude da Caldeira de Stº Cristo, Lda	-	60,87%	60,87%
22. EDA – Eletricidade dos Açores, S.A.	50,10%	-	50,10%
23. Globaleda – Telec. E Sistemas de Informação, S.A.	-	37,52%	37,52%
24. EDA Renováveis	-	50,10%	50,10%
25. SEGMA, Lda.	-	50,10%	50,10%
26. Norma-Açores, S.A.	-	31,38%	31,38%
27. Oniaçores, S.A.	-	20,04%	20,04%
28. Controlauto – Açores, Lda.	-	18,83%	18,83%

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ALRAA
COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

Participações da RAA	Participação Direta	Participação Indireta	Total de Participação
Identificação da Empresa	a) RAA	b) SPER	a) + b)
29.NOS Açores, S.A.	-	3,10%	3,10%
30.Azorina, S.A.	100,00%	-	100,00%
31.Teatro Micaelense, S.A.	99,81%	-	99,81%
32.Pousadas da Juventude dos Açores, S.A.	51,00%	-	51,00%
33.IROA, S.A.	100,00%	-	100,00%
34.SDEA, E.P.E.R.	100,00%	-	100,00%
35.Fábrica de Cervejas e Ref. Melo Abreu, Lda.	-	15,00%	15,00%

As empresas que compõem o SPER têm um papel importante e impulsionador na economia Regional e abrangem setores estratégicos e primordiais para o desenvolvimento económico e social da RAA, designadamente:

- **Energia:** empresas do grupo EDA;
- **Transportes:** empresas do Grupo SATA, Atlanticoline, S.A. e Portos dos Açores;
- **Saúde:** Saudaçor e Hospitais;
- **Pescas:** Lotaçor e Stª Catarina;
- **Turismo:** Ilhas de Valor; Pousadas de Juventude dos Açores e da Pousada da Caldeira do Santo Cristo;
- **Ambiente:** Azorina;
- **Competitividade Empresarial:** SDEA.

Relativamente às entidades não societárias (Associações, Institutos, Fundações, Observatórios e Escolas), a Região participa em 10 entidades, das quais oito diretamente e duas indiretamente.

Tabela 4 – Participações da RAA em Entidades Não Societárias 2018

Participações da RAA	Participação Direta	Participação Indireta	Total de Participação
Identificação da Entidade	RAA	SPER	RAA
1. ENTA – Escola de Novas Tecnologias dos Açores	22,00%	45,91%	67,91%
2. INOVA – Inst. Inovação Tecnológica dos Açores	65,59%		65,59%
3. Observatório do Turismo dos Açores	55,56%	4,01%	59,56%
4. AAFTH – Assoc. Açoriana Form. Turística e Hoteleira	50,00%	25,00%	75,00%
5. FEJC – Fundação Eng. José Cordeiro		29,85%	29,85%
6. Ass. NONAGON – P. Ciência e Tecnologia de S. Miguel	70,00%		70,00%
7. GEOAÇORES – Ass. Geoparque Açores	78,95%		78,95%
8. ASS. RAEGE AÇORES – Rede Atlântica de Estações Geodinâmicas e Espaciais	85,71%	14,29%	100,00%
9. CALL – Centro Açoriano de Leite e Laticínios	-	-	-*
10. CERCA – Centro de Estratégia Regional para a Carne dos Açores	-	-	-*

*Sem Capital Constitutivo

2.3. Entidades Públicas Reclassificadas:

Na elaboração da Conta da RAA de 2018 foi adotado o critério previsto no SEC 2010 (Sistema Europeu de Contas), pelo que foram incluídas no Setor das Administrações Públicas as seguintes entidades públicas regionais reclassificadas:

1. Saudaçor – Sociedade Gestora de Recursos e Equipamentos de Saúde dos Açores, S.A.
2. HDES – Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, E.P.E.
3. HSE – Hospital do Santo Espírito de Angra do Heroísmo, E.P.E.
4. HH – Hospital da Horta, E.P.E.
5. Atlânticoline, S.A.
6. Ilhas de Valor, S.A.
7. Pousada da Juventude da Caldeira de St^o Cristo, Lda.
8. Teatro Micaelense, S.A.
9. IROA, S.A.
10. SDEA – Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, E.P.E.R.
11. Azorina – Soc. De Gestão Ambiental e Conservação da Natureza, S.A.
12. Associação NONAGON - Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel;
13. OTA - Observatório do Turismo dos Açores;
14. AAFTH - Associação Açoriana de Formação Turística e Hoteleira.

2.4. Entidades Controladas pela RAA

Por sua vez, o Tribunal de Contas na análise realizada à Conta da RAA de 2018 adotou o critério das “Entidades Controladas pela RAA”, abrangendo assim mais entidades.

Tabela 5 – Entidades e Empresas do SPER por Setores de Atividade

SETOR	EMPRESA
SAÚDE	SAUDAÇOR S.A. HDES PDL E.P.E.R. HSEIT E.P.E.R. HHORTA E.P.E.R.
TRANSPORTES AÉREOS	GRUPO SATA – SGPS (Consolidado)
ENERGIA	GRUPO EDA S.A. (Consolidado)
PORTOS E TRANSPORTES MARÍTIMOS	GRUPO PORTOS AÇORES S.A. (Consolidado)
AGRICULTURA	IROA S.A. SINAGA S.A.
AMBIENTE	AZORINA S.A.
PESCAS	GRUPO LOTAÇOR S.A. (Consolidado)
CULTURA	TEATRO MICAELENSE S.A.
TURISMO	PJA S.A. PJCSA LDA.
DIVERSOS / APOIO EMPRESARIAL	SDEA, E.P.E.R. ILHAS DE VALOR S.A.
ESFL – ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	OTA - Obs. Turismo Açores AAFTH ENTA NONAGON Ass. Portas Mar Ass. Geoçores F. Eng Jose Cordeiro INOVA Ass. RAEGE Açores

3. CAPÍTULO – SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

3.1. Análise Setorial do SPER / Entidades Controladas pela RAA - 2018

Para análise mais detalhada e rigorosa procedeu-se à decomposição do SPER e Entidades Controladas pela RAA, por setores de atividade e por grupos empresariais.

a) Saúde

No setor da Saúde foram incluídos os três Hospitais da Região (Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, E.P.E.R.; Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo, E.P.E.R; Hospital da Horta, E.P.E.R) e a Saudaçor – Sociedade Gestora de Recursos Humanos e Equipamentos da Saúde dos Açores, S.A.

Tabela 6 – Saúde – Indicadores Financeiros 2018

(valores em milhares de euros)

ENTIDADE	ATIVO	PASSIVO	CAPITAL PRÓPRIO	DÍVIDA TOTAL
HDESPD E.P.E.R.	173 250	349 137	-175 887	151 045
HH E.P.E.R.	52 057	86 524	-34 467	21 958
HSEIT E.P.E.R.	50 968	144 746	-93 778	65 420
SAUDAÇOR, S.A.	749 820	731 130	18 690	730 006
	1 026 095	1 311 537	-285 442	968 429

No final de 2018, registava-se um agravamento dos Capitais Próprios negativos, face ao ano anterior, ainda que a Saudaçor apresentasse uma autonomia financeira positiva, enquanto os três hospitais apresentavam Capitais Próprios negativos.

A dívida total do setor da saúde aumentou 48 M€ (inclui dívida financeira e dívida não financeira), sendo que diminuiu nos três hospitais, mas aumentou na Saudaçor.

Tabela 7 – Saúde – Resultados Financeiros de 2018

(valores em milhares de euros)

ENTIDADE	GASTOS PESSOAL	N.º TRAB.	EBITDA	GASTOS FINANC.	RLE
HDESPD E.P.E.R.	56 740	1 722	-14 396	0	-17 095
HH E.P.E.R.	16 906	482	313	88	-2 298
HSEIT E.P.E.R.	35 803	1 194	-4 769	243	-5 931
SAUDAÇOR, S.A.	1 514	38	27 899	27 677	982
-	110 963	3 436	9 047	28 008	-24 342

Os gastos com o pessoal aumentaram para 111 M€, dos quais 51% são referentes ao HDES, 32% do HSEI e 15% do HH.

O EBITDA diminuiu para 9 M€, sobretudo pelo impacto negativo do HDES e HSEIT. Por sua vez, os gastos financeiros tiveram uma redução de 1,3 M€, face ao ano anterior.

No agregado do setor da saúde, os resultados líquidos negativos agravaram-se, tendo passado de -19,3 M€, em 2017, para -24,3 M€, em 2018.

b) Transportes Aéreos

No setor dos transportes aéreos foram incluídas as empresas do Grupo SATA (SATA Air Açores, S.A.; SATA Internacional – Azores Airlines, S.A.; SATA Gestão de Aeródromos, S.A.; SATA Express Inc. CAN; Azores Express Inc. USA).

Tabela 8 – Transportes Aéreos – Indicadores Financeiros 2018

(valores em milhares de euros)

ENTIDADE	ATIVO	PASSIVO	CAPITAL PRÓPRIO	DÍVIDA TOTAL
GRUPO SATA Consolidado	181 494	327 336	-145 842	292 320

Em termos consolidados, verificou-se um agravamento dos Capitais Próprios negativos em 2018, em 12,9 M€, sobretudo devido ao aumento do Passivo e ao resultado líquido negativo do ano.

O volume de dívida total do Grupo também aumentou em 38,7 M€, durante o ano.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ALRAA
COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

Na sequência das Resoluções do Conselho do Governo Regional nº 13/2017 de 21 de fevereiro de 2017 e nº 85/2018 de 18 de julho de 2018, foi deliberado aumentar o capital social da Sata Air Açores, nos seguintes termos:

Resolução do Conselho do Governo n.º 13/2017, de 21 de fevereiro de 2017:

- Autorizar a transferência de € 21.580.735,00 para a SATA SGPS, a concretizar em seis anos económicos, com início em 2017 e termo em 2022, no montante de € 3.596.790,00 nos primeiros 5 anos e de € 3.596.785,00 no último ano.

Resolução do Conselho do Governo Regional n.º 85/2018, de 18 de julho de 2018:

- Autorizar a transferência de € 27.000.000,00 (vinte e sete milhões de euros) para a SATA SGPS, S.A., a concretizar em seis anos económicos, com início em 2018 e termo em 2023.

Dos aumentos de capital resultantes das Resoluções anteriores, no final de 2018, estavam por realizar cerca de 34 milhões de euros, ainda que inscritos na conta do Capital Social.

Tabela 9 – Transportes Aéreos – Resultados Financeiros de 2018

(valores em milhares de euros)

ENTIDADE	GASTOS PESSOAL	N.º TRAB.	EBITDA	GASTOS FINANC.	RLE
GRUPO SATA Consolidado	64 843	1 357	-41 299	8 729	-53 297

Os gastos com o pessoal aumentaram e atingiram os 64,8 M€ em 2018, para um conjunto de 1357 trabalhadores.

Os resultados “operacionais” do Grupo (EBITDA) registaram um agravamento significativo, passando de -21,4 M€ para -41,3 M€, ainda que os gastos financeiros tenham diminuído ligeiramente.

Em 2018, o grupo SATA agravou o prejuízo consolidado de -41 M€, em 2017, para -53,3 M€.

c) Energia

Foram incluídas neste setor as empresas pertencentes ao Grupo EDA, detido maioritariamente pela RAA (Globaleda; SEGMA; EDA Renováveis; Norma-Açores e Controlauto).

Tabela 10 – Energia – Indicadores Financeiros 2018

(valores em milhares de euros)

ENTIDADE	ATIVO	PASSIVO	CAPITAL PRÓPRIO	DÍVIDA TOTAL
GRUPO EDA Consolidado	523 642	316 296	207 346	298 457
	504 316	296 996	207 320	274 438

Em termos consolidados, o grupo EDA manteve os 207,3 milhões de euros de Capital Próprio positivo, evidenciado uma sólida estrutura de capitais e representando um dos ativos financeiros mais importantes da RAA. A dívida total aumentou para os 298,5 milhões de euros.

Tabela 11 – Energia – Resultados Financeiros de 2018

(valores em milhares de euros)

ENTIDADE	GASTOS PESSOAL	N.º TRAB.	EBITDA	GASTOS FINANC.	RLE
GRUPO EDA Consolidado	36 259	1 017	57 249	3 037	20 241

Os gastos com o pessoal aumentaram para 36,3 M€, em linha com o crescimento do número de colaboradores para 1017.

Em 2018, o grupo EDA voltou a registar um desempenho económico muito positivo, o que permitiu apresentar um resultado líquido positivo de 20,2 M€.

A EDA recebeu da ERSE o valor de 62,5 M€, em resultado do ajustamento e convergência do tarifário, um aumento de 11,7 M€ (23%) face ao ano anterior. Esta verba, convergência do tarifário proveniente da ERSE, representou cerca de 30% dos rendimentos da empresa.

d) Portos e Transportes Marítimos

Foram incluídas neste setor a empresa Portos dos Açores, S.A., que detém a Naval Canal, Lda. e a Atlânticoline, S.A..

Tabela 12 – Portos e Transportes Marítimos – Indicadores Financeiros 2018

(valores em milhares de euros)

ENTIDADE	ATIVO	PASSIVO	CAPITAL PRÓPRIO	DÍVIDA TOTAL
GRUPO PORTOS AÇORES	382 316	138 109	244 207	82 622

Os Capitais Próprios do grupo Portos dos Açores, no final de 2018, foram de 244,2 M€, mantendo assim uma autonomia financeira positiva e muito sólida. A dívida total do grupo atingiu os 82,6 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 1 M€.

Tabela 13 – Portos e Transportes Marítimos – Resultados Financeiros de 2018

(valores em milhares de euros)

ENTIDADE	GASTOS PESSOAL	N.º TRAB.	EBITDA	GASTOS FINANC.	RLE
GRUPO PORTOS AÇORES	16 016	391	4 868	2 276	-2 328

O valor do EBITDA manteve-se positivo e teve um aumento de 1,7 M€, o que contribuiu para a melhoria dos resultados líquidos, que passaram de -7,9 M€, para -2,3 M€, no fim de 2018.

e) Agricultura

A SINAGA e IROA são as duas empresas do SPER na área agrícola. A primeira desenvolveu a sua atividade na da cultura da beterraba e comercializa o álcool e açúcar. O IROA, por sua vez, trata da gestão e melhoramentos na rede de caminhos agrícolas, fornecimento de água e energia elétrica às explorações agrícolas.

Tabela 14 – Agricultura – Indicadores Financeiros 2018

(valores em milhares de euros)

ENTIDADE	ATIVO	PASSIVO	CAPITAL PRÓPRIO	DÍVIDA TOTAL
IROA S.A.	22 426	8 732	13 694	4 282
SINAGA S.A.	28 336	27 825	511	26 649

50 762	36 557	14 205	30 931
--------	--------	--------	--------

É de salientar a redução dos Capitais Próprios em ambas a empresa, sobretudo devido ao Ativo, ainda se mantenha, no global, uma autonomia financeira positiva. No que se refere à dívida total das empresas do setor, esta reduziu em 2,1 M€, sendo que a dívida da SINAGA representava cerca de 86% do setor.

Tabela 15 – Agricultura – Resultados Financeiros de 2018

(valores em milhares de euros)

ENTIDADE	GASTOS PESSOAL	N.º TRAB.	EBITDA	GASTOS FINANC.	RLE
IROA S.A.	608	22	2 699	257	100
SINAGA S.A.	1 258	77	403	939	-822
-	1 866	99	3 102	1 196	-722

Em 2018, voltou a ocorrer um aumento do EBITDA do setor, em cerca de um 0,7 M€, para um total agregado de 3,8 M€, principalmente devido à IROA.

Verificou-se ainda uma redução dos gastos com o pessoal (-0,6M€) e dos gastos financeiros (-0,2 M€), o que contribuiu para que ambas as empresas apresentassem resultados positivos, com destaque para o desempenho financeiro da SINAGA.

f) Ambiente

Foi incluída neste setor a empresa AZORINA, S.A.

Tabela 16 – Ambiente – Indicadores Financeiros 2018

(valores em milhares de euros)

ENTIDADE	ATIVO	PASSIVO	CAPITAL PRÓPRIO	DÍVIDA TOTAL
AZORINA S.A.	19 471	8 809	10 662	6 451

A Azorina tem um Capital Próprio positivo de 10,7 M€ e uma dívida total no valor de 6,5 M€, o que reflete uma ligeira redução face ao ano anterior.

Tabela 17 – Ambiente – Resultados Financeiros de 2018

(valores em milhares de euros)

ENTIDADE	GASTOS PESSOAL	N.º TRAB.	EBITDA	GASTOS FINANC.	RLE
AZORINA S.A.	2 815	139	925	98	94

Os gastos com o pessoal sofreram um ligeiro incremento face ao ano anterior, o que provocou a redução do EBITDA. Ao invés, os resultados passaram de negativos para positivos.

g) Pescas

Foram incluídas neste setor as empresas Lotaçor, S.A. e a Santa Catarina, S.A.

No âmbito da reestruturação do SPER, foram extintas a Companhia, Lda. e Espada Pescas Lda.

Tabela 18 – Pescas – Indicadores Financeiros 2018

(valores em milhares de euros)

ENTIDADE	ATIVO	PASSIVO	CAPITAL PRÓPRIO	DÍVIDA TOTAL
GRUPO LOTAÇOR Consolidado	34 772	53 278	-18 506	50 482

Em termos consolidados, o grupo Lotaçor mantém os seus Capitais Próprios negativos, em -18,5 M€ e a dívida total aumentou para os 50,5 milhões de euros.

Tabela 19 – Pescas – Resultados Financeiros de 2018

(valores em milhares de euros)

ENTIDADE	GASTOS PESSOAL	N.º TRAB.	EBITDA	GASTOS FINANC.	RLE
GRUPO LOTAÇOR Consolidado	6 293	326	2 256	1 583	-1 834

Ao nível dos resultados, destaca-se o aumento significativo do valor do EBITDA (+41%), o que contribuiu para a redução dos prejuízos para metade, na ordem dos -1,8 M€.

h) Cultura

Foi incluída neste setor o Teatro Micaelense, S.A.

Tabela 20 – Cultura – Indicadores Financeiros 2018

(valores em milhares de euros)

ENTIDADE	ATIVO	PASSIVO	CAPITAL PRÓPRIO	DÍVIDA TOTAL
TEATRO MICAELENSE S.A.	9 831	676	9 155	662

O Capital Próprio do Teatro Micaelense aumentou para 9,2 M€ e reduziu o valor da dívida.

Tabela 21 – Cultura – Resultados Financeiros de 2018

(valores em milhares de euros)

ENTIDADE	GASTOS PESSOAL	N.º TRAB.	EBITDA	GASTOS FINANC.	RLE
TEATRO MICAELENSE S.A.	422	18	203	27	10

Ao nível do desempenho, há a registar o aumento significativo do EBITDA, o que contribuiu para a apresentar um resultado líquido positivo.

i) Turismo

Foram incluídas neste setor de atividade as empresas PJA – Pousadas de Juventude dos Açores, S.A. e PJCSA – Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda.

Tabela 22 – Turismo – Indicadores Financeiros 2018

(valores em milhares de euros)

ENTIDADE	ATIVO	PASSIVO	CAPITAL PRÓPRIO	DÍVIDA TOTAL
PJA S.A.	1 378	759	619	582
PJCSA LDA.	1 723	785	938	15
	3 101	1 544	1 557	597

Os Capitais Próprios reduziram, mas mantiveram-se positivos em 1,5 M€, sendo que a PJCSA registou uma redução em 2018.

Tabela 23 – Turismo – Resultados Financeiros de 2018

(valores em milhares de euros)

ENTIDADE	GASTOS PESSOAL	N.º TRAB.	EBITDA	GASTOS FINANC.	RLE
PJA S.A.	576	41	41	0	-7
PJCSA LDA.	0	0	38	0	-19
	576	41	79	0	-26

Destaque para a redução do EBITDA, sobretudo na PJA, o que contribuiu para apresentarem resultados, ligeiramente, negativos.

j) Diversos / Apoio Empresarial

Foram incluídas neste setor, de diversos e apoio empresarial, as empresas SDEA - Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, EPER e Ilhas de Valor, S.A.

Tabela 24 – Diversos / Apoio Empresarial – Indicadores Financeiros 2018

(valores em milhares de euros)

ENTIDADE	ATIVO	PASSIVO	CAPITAL PRÓPRIO	DÍVIDA TOTAL
ILHAS DE VALOR SA	40 288	26 598	13 690	26 203
SDEA, E.P.E.R.	632	546	86	265
	40 920	27 144	13 776	26 468

De realçar, o aumento significativo dos Capitais Próprios para 21,7 M€ (+58%) e a redução da dívida para 24,9 M€.

Tabela 25 – Diversos / Apoio Empresarial – Resultados Financeiros de 2018

(valores em milhares de euros)

ENTIDADE	GASTOS PESSOAL	N.º TRAB.	EBITDA	GASTOS FINANC.	RLE
ILHAS DE VALOR SA	1 397	77	2 970	199	1 975
SDEA, E.P.E.R.	1 102	34	95	24	42
-	2 499	111	3 065	223	2 017

Ambas as empresas registaram um crescimento do EBITDA, para um total de 3,1 M€, bem como resultados líquidos positivos para 2 M€, tendo a empresa Ilhas de Valor mais que duplicado os seus resultados.

k) Entidades Sem Fins Lucrativos (ESFL)

Foram incluídas as seguintes entidades sem fins lucrativos: Associação Portas do Mar; OTA – Observatório de Turismo dos Açores; ENTA – Escola de Novas Tecnologias dos Açores; Fundação Engenheiro José Cordeiro; AAFTH - Associação Açoriana De Formação Turística E Hoteleira; INOVA – Instituto de Inovação Tecnológica Dos Açores; NONAGON - Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel; GEOAÇORES – Ass. Geoparque Açores; ASS. RAEGE AÇORES – Rede Atlântica de Estações Geodinâmicas e Espaciais)

Tabela 26 – Entidades Sem Fins Lucrativos – Indicadores Financeiros 2018

(valores em milhares de euros)

ENTIDADE	ATIVO	PASSIVO	CAPITAL PRÓPRIO	DÍVIDA TOTAL
OTA - Obs. Turismo Açores	52	46	6	30
AAFTH	2 488	2 575	-87	2 065
ENTA	1 872	1 784	88	1 074
NONAGON	428	300	128	193
Ass. Portas Mar	183	441	-258	109
Ass. Geoaçores	23	32	-9	32
F. Eng Jose Cordeiro	17	0	17	0
INOVA	3 388	550	2 838	452
Ass. RAEGE Açores	8	0	8	0
TOTAL ESFL Controladas	8 459	5 728	2 731	3 955

Em síntese, no final de 2018 as ESFL controladas pela RAA apresentavam, no seu conjunto, Capitais Próprios positivos, no valor agregado de 2,7 M€, com destaque para o INOVA que representa 104% deste montante.

Tabela 27 – ESFL – Resultados Financeiros de 2018

(valores em milhares de euros)

ENTIDADE	GASTOS PESSOAL	N.º TRAB.	EBITDA	GASTOS FINANC.	RLE
OTA - Obs. Turismo Açores	128	5	3	3	0
AAFTH	680	31	114	26	1
ENTA	262	11	48	12	14
NONAGON	294	9	64	0	2
Ass. Portas Mar	76	7	46	9	2
Ass. Geoaçores	31	2	-1	0	-3
F. Eng Jose Cordeiro	0	0	-1	0	-1
INOVA	707	37	258	34	61
Ass. RAEGE Açores	0	0	0	0	0
	2 178	102	531	84	78

Ao nível do desempenho financeiro, as ESFL controladas pela RAA apresentaram, no seu conjunto, um EBITDA positivo, agregado, de 0,5 M€, do qual 49% é referente ao INOVA.

Em termos globais, apresentam um resultado líquido positivo de 78 mil euros, sobretudo pelo impacto do INOVA.

3.2. Apreciação Global

No quadro abaixo apresentam-se os indicadores e resultados financeiros agregados referentes às entidades que compõem o SPER e as Entidades Controladas pela RAA no ano de 2018.

De realçar ainda que os valores indicados podem apresentar diferenças face aos constantes nas respetivas Demonstrações Financeiras, devido aos arrendamentos efetuados.

Tabela 28 – SPER – Indicadores Financeiros Agregados 2018

(valores em milhares de euros)

ENTIDADE	ATIVO	PASSIVO	CAPITAL PRÓPRIO	DÍVIDA TOTAL
IROA S.A.	22 426	8 732	13 694	4 282
AZORINA S.A.	19 471	8 809	10 662	6 451
TEATRO MICAELENSE S.A.	9 831	676	9 155	662
ILHAS DE VALOR SA	40 811	24 543	16 268	24 182
SDEA, E.P.E.R.	6 479	1 036	5 443	766
HDESPD E.P.E.R.	173 250	349 137	-175 887	151 045
HH E.P.E.R.	52 057	86 524	-34 467	21 958
HSEIT E.P.E.R.	50 968	144 746	-93 778	65 420
SAUDAÇOR, S.A.	749 820	731 130	18 690	730 006
PJCSA LDA.	1 723	785	938	15
ATLANTICOLINE*				4 117
OTA - Obs. Turismo Açores**	52	46	6	30
AAFTH**	2 488	2 575	-87	2 065
ENTA**	1 872	1 784	88	1 074
NONAGON**	428	300	128	193
1) ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS	1 131 676	1 360 823	-229 147	1 012 266
SINAGA S.A.	28 336	27 825	511	26 649
GRUPO EDA Consolidado	523 642	316 296	207 346	298 457
GRUPO LOTAÇOR Consolidado	34 772	53 278	-18 506	50 482
GRUPO PORTOS AÇORES	382 316	138 109	244 207	78 505
GRUPO SATA Consolidado	181 494	327 336	-145 842	292 320
PJA S.A.	1 378	759	619	582
2) OUTRAS ENTIDADES DO SPER	1 151 938	863 603	288 335	746 995
Ass. Portas Mar	183	441	-258	109
Ass. Geoaçores	23	32	-9	32
F. Eng Jose Cordeiro	17	0	17	0
INOVA	3 388	550	2 838	452
Ass. RAEGE Açores	8	0	8	0
3) ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	3 619	1 023	2 596	593
TOTAL (4) = 1) + 2) + 3)	2 287 233	2 225 449	61 784	1 759 854

Tabela 29 – SPER – Resultados Financeiros Agregados 2018

(valores em milhares de euros)

ENTIDADE	GASTOS PESSOAL	N.º TRAB.	EBITDA	GASTOS FINANC.	RLE
IROA S.A.	609	22	2 825	236	297
AZORINA S.A.	2 815	139	925	98	94
TEATRO MICAELENSE S.A.	422	18	203	27	10
ILHAS DE VALOR SA	1 397	77	2 970	199	1 975
SDEA, E.P.E.R.	1 102	34	95	24	42
HDESPD E.P.E.R.	56 740	1 722	-14 396	0	-17 095
HH E.P.E.R.	16 906	482	313	88	-2 298
HSEIT E.P.E.R.	35 803	1 194	-4 769	243	-5 931
SAUDAÇOR, S.A.	1 514	38	27 899	27 677	982
PJCSA LDA.	0	0	38	0	-19
ATLANTICOLINE*					
OTA - Obs. Turismo Açores**	128	5	3	3	0
AAFTH**	680	31	114	26	1
ENTA**	262	11	48	12	14
NONAGON**	294	9	64	0	2
1) ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS	118 672	3 782	16 332	28 633	-21 923
SINAGA S.A.	696	31	929	749	69
GRUPO EDA Consolidado	36 259	1 017	57249	3 037	20 241
GRUPO LOTAÇOR Consolidado	6293	326	2256	1 583	-1 834
GRUPO PORTOS AÇORES	16016	391	4868	2 276	-2 328
GRUPO SATA Consolidado	64 843	1 357	-41 299	8 729	-53 297
PJA S.A.	576	41	41	0	-7
2) OUTRAS ENTIDADES DO SPER	124683	3 163	24044	16 374	-37 157
Ass. Portas Mar	76	7	46	9	2
Ass. Geoaçores	31	2	-1	0	-3
F. Eng Jose Cordeiro	0	0	-1	0	-1
INOVA	707	37	258	34	61
Ass. RAEGE Açores	0	0	0	0	0
3) ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	814	46	302	43	60
TOTAL (4) = 1) + 2) + 3)	244 169	6 991	40 678	45 050	-59 020

Resumo:

No final de 2018, a totalidade das empresas que compõem o SPER e as entidades controladas pela RAA, apresentavam, em termos agregados:

- As participações no Capital Social das entidades do SPER e demais entidades controladas pela RAA estavam avaliadas em 365,7 M€;
- Um Ativo superior ao Passivo em cerca de 61,8 M€, correspondente ao Capital Próprio global e uma autonomia financeira positiva;
- Uma dívida total (financeira e não financeira) no valor de 1.760 M€;
- Um EBITDA positivo de 40,7 M€, o que representa uma redução significativa face a 2017;
- Gastos com o pessoal de 244 M€, respeitantes a 6.991 trabalhadores;
- Gastos financeiros de 45 M€, inferiores aos registados no ano anterior;
- Resultados líquidos negativos de 59 milhões de euros, o que corresponde a um agravamento face ao ano anterior. De realçar que, o Grupo SATA apresentou um resultado líquido negativo de 53,3M€.

4. PESO DO SPER NA ECONOMIA REGIONAL - 2018

As entidades que constituem o SPER da RAA têm um papel relevante na economia regional, quer pelos setores estratégicos onde se inserem, bem como pelo número de empregos produzidos e pelo valor acrescentado que geram.

Tabela 30 – PESO/IMPORTÂNCIA DO SPER NA ECONOMIA REGIONAL – 2018

(valores em milhares de euros)

PESO DO SPER	2018	2017	2016
PIB Açores	4 261 984	4 110 578	3 973 064
População Empregada (4º Trimestre)	110 658	111 899	107 931
População Empregada no SPER - Total	6 991	6 948	6 792
População Empregada no SPER - Sem Saúde	3 555	3 583	3 501
População Empregada no SPER - Saúde	3 436	3 365	3 291
Peso no Emprego - SPER Total	6,32%	6,21%	6,29%
Peso no Emprego - SPER - Sem Saúde	3,21%	3,20%	3,24%
Peso no Emprego - SPER - Saúde	3,11%	3,01%	3,05%

- ✓ O PIB da RAA aumentou 151,4 milhões de euros em 2018 (crescimento nominal de 3,7%), tendo atingido o valor recorde de 4.262 milhões de euros;
- ✓ A população empregada no setor da saúde do SPER atingiu as 3.436 pessoas (+71), enquanto nas restantes entidades do SPER totalizou 3.555 pessoas (-28);
- ✓ O SPER e Entidades Controladas pela RAA representou, em 2018, cerca de 6,32% da população empregada na RAA, ligeiramente superior aos 6,21% do no ano anterior.

5. VOTAÇÃO DO RELATÓRIO

O Relator



Carlos Silva

- O presente relatório foi **aprovado por unanimidade**.

Este documento fica como anexo ao Relatório e Parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2018.

A Presidente



Bárbara Torres Chaves



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Relatório e Parecer Sectorial

Proposta de Resolução n.º 15/XI – Conta da Região Autónoma dos Açores
referente ao ano Económico de 2018.

4 de fevereiro de 2020

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	393 Proc. n.º 108
Data	020 02 07 N.º 15/XI



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

RELATÓRIO E PARECER SECTORIAL SOBRE A PROPOSTA DE RESOLUÇÃO N.º 15/XI - CONTA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES REFERENTE AO ANO ECONÓMICO DE 2018.

Capítulo I
INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho procedeu, na sequência do solicitado por Sua Excelência a Presidente da Assembleia Legislativa, à apreciação, relato e emissão de parecer sectorial relativo à Proposta de Resolução n.º 15/XI - Conta da Região Autónoma dos Açores do ano económico de 2018.

A supramencionada Proposta de Resolução foi enviada à Comissão Permanente de Economia, tendo ficado a aguardar a emissão do parecer pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas. Posteriormente foi enviada à Comissão dos Assuntos Parlamentares Ambiente e Trabalho, para relato e emissão de parecer sectorial.

O parecer da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, sobre a conta da Região Autónoma dos Açores do ano económico de 2018 foi emitido em 17 de dezembro de 2018.

Capítulo II
ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Compete à Assembleia Legislativa aprovar as contas da Região relativas a cada ano económico, nos termos do disposto no artigo 42.º, n.º 1, alínea b) do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro.

O artigo 166.º do Regimento da Assembleia Legislativa dispõe que a Conta da Região respeitante a cada ano económico e os relatórios de execução anual do Plano são apreciados em conjunto pela Assembleia. A elaboração do parecer final incumbe à comissão formalmente competente, anexando os pareceres emitidos pelas restantes comissões, conforme dispõe o n.º 4 do artigo 167.º do citado Regimento.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

De acordo com o disposto na Resolução n.º 18/2016/A, de 6 de dezembro, as matérias de planeamento e estatística, orçamento e contabilidade pública são competência da Comissão de Economia. Por seu turno, e nos termos da mesma disposição legal, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho é competente em matéria de Comunicação Social, Ordenamento do Território, Ambiente, Trabalho e Formação Profissional.

Capítulo III
APRECIÇÃO DA CONTA

A Conta da Região Autónoma dos Açores do económico ano de 2018, depois de aprovada pelo Conselho de Governo foi, nos termos legais, apresentada à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para efeitos de apreciação e aprovação, tendo sido remetida à Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, para parecer.

O parecer da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano económico de 2018 foi emitido em 17 de dezembro de 2018.

Para a apreciação da Conta, a Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho teve em consideração o Parecer do Tribunal de Contas supramencionado, assim como o Relatório de Execução Financeira do Plano Regional Anual de 2018, nas áreas de competência da Comissão, que integram as Grandes Linhas de Orientação Estratégica definidas nas Orientações de Médio Prazo 2017-2020.

As áreas de competência da Comissão integram o sector do Emprego e Qualificação Profissional constante do Programa 1 - Empresas, Emprego e Eficiência Administrativa; os sectores da Qualidade Ambiental; Conservação da Natureza; Recursos Hídricos; e Ordenamento do Território constantes do Programa 11 - Ambiente e Energia; os sectores da Gestão e Requalificação da Orla Costeira; Monitorização, Promoção, Fiscalização e Ação Ambiental Marinha; e Escola do Mar dos Açores constantes do Programa 13 - Assuntos do Mar - e os sectores Apoio aos Media e Jornal Oficial constantes do Programa 15 - Informação e Comunicação.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Da análise aos documentos supramencionados e tendo em conta as áreas de maior incidência no âmbito da Comissão, foi possível apurar o seguinte:

Programa/Projeto	Dotação Revista (€)	Executado (€)	Taxa Exec.(%)
Programa 1 - Empresas, Emprego e Eficiência Administrativa			
1.3 Emprego e Qualificação Profissional	7 560 000,00	6 751 779,35	89,3
Programa 11 - Ambiente e Energia			
11.1 Qualidade Ambiental	4 569 522,00	4 277 513,48	93,6
11.2 Conservação da Natureza	8 811 629,00	8 364 889,22	94,9
11.3 Recursos Hídricos	5 518 800,00	4 832 684,82	87,6
11.4 Ordenamento do Território	1 039 687,00	729 859,97	70,2
Programa 13 - Assuntos do Mar			
13.1 Gestão e Requalificação da Orla Costeira	9 789 115,00	7 471 218,46	76,3
13.2 Monitorização, Promoção, Fiscalização e Ação Ambiental Marinha	853 665,00	478 704,26	56,1
13.3 Escola do Mar dos Açores	4 975 667,00	1 865 860,54	37,5
Programa 15 - Informação e Comunicação			
15.1 Apoio aos Media	911 350,00	527 133,25	57,8
15.2 Jornal Oficial	105 000,00	97 153,26	92,5

Fonte: RAEPRA

Relativamente ao Parecer da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas sobre a Conta da Região referente ao ano de 2018, foram formuladas Recomendações, não se tendo verificado qualquer Recomendação que respeite especificamente às áreas de competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Capítulo IV
SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

O Grupo Parlamentar do PS manifestou-se favorável à aprovação da Conta da Região referente ao ano económico de 2018, realçando o facto de nenhuma das recomendações



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

emitidas no parecer da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas respeitar à ação governativa das áreas da sua competência.

Os **Grupos Parlamentares do PSD**, do **BE** e a **Deputada Independente** abstiveram-se com reserva de posição para Plenário.

Capítulo V
CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, concluiu a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho que a Proposta de Resolução n.º 15/XI – Conta da Região Autónoma dos Açores do Ano Económico de 2018, e no que se refere às áreas da sua competência, está em condições de ser apreciada em reunião Plenária, emitindo, por maioria, parecer favorável, com os votos a favor do Grupo Parlamentar do PS e as abstenções dos Grupos Parlamentares do PSD, do BE e da Deputada Independente.

Madalena do Pico, 04 de fevereiro de 2020

A Relatora

Marta Ávila Matos

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente,

Maria da Graça Silva



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
SUBCOMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

RELATÓRIO E PARECER SOBRE A
CONTA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS
AÇORES - ANO ECONÓMICO DE 2018

PONTA DELGADA, 02 DE JUNHO DE 2020

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ARQUIVO
Entreje **1365** Proc. n. **108**
Data **0201 06 1. 03** - N. **15. XI**



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

SUBCOMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

INTRODUÇÃO

A Subcomissão de Política Geral reuniu no dia 02 de junho de 2020, a fim de proceder à análise e dar parecer, nas áreas de competência da Comissão, à Conta da Região Autónoma dos Açores, relativa ao ano económico de 2018, bem como ao Relatório Anual de Execução do Plano deste mesmo ano.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A Conta da Região Autónoma dos Açores e o Relatório do Plano foram apresentados ao abrigo da alínea b) do artigo 42.º da Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro – Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e apreciados nos termos dos artigos 166.º e 167.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

CAPÍTULO II

APRECIÇÃO

A Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2018, após aprovação pelo Conselho do Governo, foi apresentada à Assembleia Legislativa para efeitos de apreciação e aprovação, por meio da Proposta de Resolução n.º 10/XI/2018.

Neste contexto, a comissão procedeu à sua apreciação, tendo em conta as respetivas competências.

Assim, foram analisados os documentos, designadamente a Conta e respetivos anexos, o Relatório de Execução do Plano de Investimentos e o Relatório e Parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores, do Tribunal de Contas, tendo-se elaborado o quadro que se segue e que reflete a percentagem de execução do Plano, relativamente às dotações previstas.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
SUBCOMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Programa/Projeto (Despesas de Plano)	Dotação Revista	Execução 2017	Execução 2018	2018 (%)
1 – Empresas, emprego e eficiência administrativa.				
1.4 – Modernização Administrativa	742 876,00€	379 872 €	312 417,17€	42,1%
1.5 – Informação de interesse Público ao Cidadão	2.200.000,00€	2 300 000 €	2 200 000,00€	100% 98,5%
1.6 – Serviços Sociais	170.000,00€	167 205 €	167 532,44 €	82,9%
1.7 – Cooperação com as Autarquias Locais	522 400,00€	205 431 €	433 192,00 €	
10 – Habitação e Renovação Urbana	21 255 707,00€	16 978 190€	16 185 027,10€	76,1%
12 – Prevenção de Riscos e Proteção Civil	7 008 955,00 €	5 865 768,85 €	5 947 932,15€	84,9%
14 – Transportes, e Infr. Tecnológicas				
14.1 – Construção de Estradas Regionais	33 616 688,00€	39 606 335,66 €	33 325 499,18€	99,1%
14.2 – Beneficiação e Reabilitação de ERs	12 845 331,00€	9 959 789 €	7 245 647,01€	56,4%
14.3 – Sist. Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária	1 100 000,00€	1 026 226,35 €	1 083 044,33€	98,5%
14.4 – Integração Paisagística de z. Adjacentes às ER	941 670,00€	253 854,57 €	691 913,43€	73,5%
16-Relações Externas e Comunidades	810 375,00€	666 438,72€	705 678,35€	87,1



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

SUBCOMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Comparativamente ao ano económico anterior, e no que concerne às áreas da competência desta Comissão, as taxas de execução são mais baixas, com exceção dos Projetos **14.1 – Transportes, Energia e Infraestruturas Tecnológicas** e **14.3 – Sistema de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária**, os quais apresentam um valor de execução ligeiramente inferior às verificadas em 2017.

Quanto ao projeto **1.4 – Modernização Administrativa**, a taxa de execução foi de 42,1%, sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 742.876,00 euros. Contudo, a despesa realizada foi de 312.417,17 euros em 2018.

O projeto **1.5 – Informação de interesse público ao cidadão**, tal como no ano anterior, foi executado na totalidade, relativamente a 2018.

O projeto **1.6 – Serviços Sociais**, teve uma taxa de execução de 98,5%, sendo semelhante à verificada no ano anterior.

O projeto **1.7 – Cooperação com as Autarquias Locais**, teve uma taxa de execução de 82,9% relativamente ao inicialmente previsto. A dotação corrigida foi de 522 400,00 euros, no entanto, o dispêndio registado foi de 433 192 euros em 2018.

No que diz respeito ao Programa **10 - Habitação**, foi efetuada uma despesa de 16 185 027,10 milhões de euros, sendo a dotação revista para 2018 foi de 21 255 707,00 euros, neste sentido a execução em termos relativos corresponde a 76,1 % da dotação revista.

Quanto ao Programa **12 - Prevenção de Riscos e Proteção Civil**, a taxa de execução foi de 84,9%, cujo valor absoluto executado foi de 5 947 932,15 euros.

Quanto ao Projeto **14.1 – Construção de Estradas Regionais**, foram executados, em valor absoluto, 33.3 milhões de euros, menos 6 milhões de euros que no ano anterior, registando uma taxa de execução de 99,1%.

No Projeto **14.2 – Beneficiação e Reabilitação de Estradas Regionais** registou-se uma dotação prevista de 12 845 331,00 para 2018. A execução foi de 7 245 647,01 euros e representa uma execução de 56,4%.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
SUBCOMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

No projeto **14.3 – Sistema de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária**, a taxa de execução foi de 98,5% relativamente a dotação revista, semelhante à verificada no ano anterior.

O projeto **14.4 – Integração Paisagística de Zonas Adjacentes às Estradas Regionais**, tinha uma dotação corrigida de 941 670,00 euros. Contudo, a execução ficou-se pelo valor de 691 913,43 euros, representando assim uma taxa de execução de 73,5%.

Quanto ao Programa **16 – Relações externas e comunidades**, verifica-se uma taxa de execução de 87,1%, inferior à do ano anterior, registando uma execução de despesa, em valor absoluto, de 705 678,35 euros.

Em relação ao **Setor Público Empresarial (SPER)**, no que respeita à **SPRHI, SA**, foi transferida uma verba de 4,1 milhões de euros, a qual foi aplicada na Reconstrução do Parque Habitacional das ilhas do Faial e do Pico, afetado pelo sismo de 1998.

É de realçar a extinção da **SPRHI, SA** em 31 de dezembro de 2018.

Ainda na área das competências desta Comissão, há a registar, em termos de compromissos futuros, o referente ao contrato de concessão rodoviária em regime **SCUT** na ilha de São Miguel, empreitada em regime de PPP, com pagamentos até 2037.

Em 2018 foram pagos 32, 8 milhões de euros relativos a este contrato e em 2017 foram pagos 28.9 milhões.

Em 31 de dezembro de 2019, o valor das responsabilidades financeiras futuras com a PPP relativa à concessão rodoviária em regime de SCUT, na ilha de S. Miguel, era de 382,2 milhões de euros.

Os compromissos plurianuais são os que se apresentam no quadro seguinte (milhões de euros, valores sem IVA):

Ano	2015	2016	2017	2018	2019	Anos seg.
Montante	20 967	20 420	19 983	19 440	18 911	382 288



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
SUBCOMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

CAPÍTULO III
SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

O Grupo Parlamentar do PS manifestou-se favorável à aprovação da conta da RAA referente ao ano económico de 2018.

Os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP, bem como a Representação Parlamentar do PCP, abstêm-se reservando a sua posição para plenário.

CAPÍTULO IV
CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, a Subcomissão de Política Geral concluiu que a Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2018 está, nas áreas da sua competência, em condições de ser apreciada em reunião Plenária da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Este relatório e parecer serão remetidos à Comissão de Economia.

Flores, 02 de junho de 2020

O Relator em exercício

Marco Costa

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente em exercício

Bruno Belo



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

RELATÓRIO E PARECER SECTORIAL DA COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS SOBRE A
PROPOSTA DE RESOLUÇÃO N.º 15/2019 - CONTA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
REFERENTE AO ANO ECONÓMICO DE 2018.

fevereiro de 2020

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	592 Proc. n.º 108
Data	01º/02/20 N.º 15/XV



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS

CAPÍTULO I
INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Assuntos Sociais reuniu para apreciação, relato e emissão de parecer sectorial sobre a Proposta de Resolução nº 15/2019 – Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano económico de 2018.

CAPÍTULO II
ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Nos termos do disposto no artigo 42º, nº 1, alínea b) do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, compete à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprovar as contas da Região respeitantes a cada ano económico, competindo-lhe igualmente apreciar os correspondentes relatórios de execução anual do Plano.

O Governo Regional apresentou os referidos documentos à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, no cumprimento do estipulado na alínea j) do artigo 88.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

O processo de apreciação e aprovação das Contas da Região pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores rege-se pelo previsto no respetivo Regimento.

Assim, o artigo 166.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores dispõe que as Contas da Região respeitantes a cada ano económico e os relatórios anuais de execução são apreciados em conjunto pela Assembleia.

Por sua vez, o n.º 2 do artigo 167.º estabelece que os referidos documentos são enviados a todas as comissões especializadas permanentes para efeitos de elaboração de pareceres sectoriais, sendo que a elaboração do parecer final incumbe à comissão formalmente competente, anexando os pareceres sectoriais emitidos pelas outras comissões, de acordo com o estipulado no n.º 4 do mesmo artigo.

De acordo com o disposto no artigo 1.º da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 18/2016/A, de 6 de dezembro, as matérias de planeamento e



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS

estatística, orçamento e contabilidade pública são competência da Comissão Permanente de Economia.

Contudo, nos termos da mesma disposição legal, compete à Comissão Permanente de Assuntos Sociais apreciar as matérias relativas a Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Saúde, Solidariedade Social, Juventude e Desporto.

CAPÍTULO III
APRECIÇÃO DA CONTA

No cumprimento das suas atribuições, a Comissão Permanente de Assuntos Sociais procedeu à análise da Conta da Região Autónoma dos Açores, do respetivo Parecer emitido pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, datado de dezembro de 2017, e do Relatório de Execução Financeira do Plano Regional Anual, nas áreas cujas competências lhe são inerentes.

A apreciação da Conta e respetivos anexos, do Relatório de Execução Financeira do Plano Regional Anual e do Parecer da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas permitiu à Comissão verificar que a taxa de execução financeira do Plano Regional Anual para 2018 situou-se em 83,5%, tendo atingido € 425 100 625,77.

Tendo por base a organização assumida pelos documentos de planeamento anteriormente citados, constata-se que as áreas de competência da Comissão de Assuntos Sociais se encontram aglutinadas em dois grandes Objetivos de Desenvolvimento, nomeadamente: “Reforçar a Qualificação, a Qualidade de Vida e a Igualdade de Oportunidades” e “Fomentar o Crescimento Económico e o Emprego, Sustentados no Conhecimento, na Inovação e no Empreendedorismo”.

Os referidos Objetivos de Desenvolvimento integram os Sectores da Juventude, da Educação, da Ciência, do Desporto, da Cultura, da Saúde e da Solidariedade Social, sobre os quais incide a presente análise.

Nestes sectores, o Relatório Anual de Execução Financeira do Plano Regional Anual de 2018 é o que consta do quadro seguinte:



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS

Entidade Executora Programa	Dotação Revista (€)	Despendido (€)	Taxa Exec.
Secretaria Regional do Mar Ciência e Tecnologia	37 890 649,00	26 715 640,81	70,5%
5 – Investigação, Desenvolvimento e Inovação	8 067 273,00	5 950 730,70	73,8%
Secretaria Regional da Educação e Cultura	66 062 091,00	57 259 918,42	86,7%
6 – Educação, Cultura e Desporto	66 062 091,00	57 259 918,42	86,7%
Presidência do Governo	3 835 225,00	3 304 080,87	86,2%
7 – Juventude	2 008 500,00	1 974 116,01	98,3%
Secretaria Regional da Saúde	34 433 724,00	26 772 734,02	77,8%
8 – Desenvolvimento do Sistema de Saúde	27 424 769,00	20 824 801,87	75,9%
Secretaria Regional da Solidariedade Social	56 111 771,00	41 391 399,46	73,8%
9 – Solidariedade Social	34 856 064,00	25 206 372,36	72,3%

Fonte: DRPFE

No decurso da análise feita pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas à Conta da Região Autónoma dos Açores relativa ao ano económico de 2018 e no que respeita aos sectores de análise competente a esta Comissão destaca-se o seguinte:

- “O sector público administrativo regional transferiu ainda 4,1 milhões de euros para entidades da Administração Central, cabendo à Universidade dos Açores e entidades



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS

relacionadas 2,4 milhões de euros. As comparticipações para a Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações totalizaram 848,4 mil euros” (página 50).

- “Uma das transferências para o Município da Praia da Vitória, no montante de 150 mil euros, foi efetuada no âmbito de contrato de cooperação técnica e financeira que teve por objeto projetos, ações e atividades enquadradas nas políticas regionais de juventude” (página 51).
- “Os maiores beneficiários enquadram-se nos sistemas de incentivos à atividade económica (9,2 milhões de euros – 47%) , na ação social (6,9 milhões de euros – 35%) e na agricultura e pecuária (2,4 milhões de euros – 12%)” (página 63).
- “Os fluxos [para entidades do sector da Administração Local] destinaram-se a objetivos diversos, destacando-se a habitação social (2,9 milhões de euros – 41%). Advêm maioritariamente (5 milhões de euros – 70%) de contratos ARAAL (acordos de cooperação técnica e financeira celebrados entre a Administração Regional e a Administração Local)” (página 50).

CAPÍTULO IV

PARECER

Apreciados os documentos e considerado o Parecer da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, a Comissão de Assuntos Sociais é de parecer que a Conta da Região Autónoma dos Açores relativa ao ano económico de 2018 cumpre os requisitos legais de enquadramento e que, nas áreas da sua competência, está em condições de ser apresentada ao Plenário da Assembleia, tendo emitido, por maioria, com os votos favoráveis do PS e a abstenção com reserva de posição para Plenário do PSD, CDS-PP e PPM, dar parecer favorável à sua aprovação pelo Plenário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS

A Representação Parlamentar do PCP e o Grupo Parlamentar do BE, embora sem direito a voto na Comissão Permanente de Assuntos Sociais, não se pronunciaram.

O Relator

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Ávila'.

(João Paulo Ávila)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Renata Correia Botelho'.

(Renata Correia Botelho)